

Sandra Büll

Histórias de trabalho e outras histórias no trecho

Puc-Campinas

2010

Sandra Büll

Histórias de trabalho e outras histórias no trecho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – Puc-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia
Hespanhol Bernardo

Puc- Campinas

Ficha Catalográfica

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas – Processos Técnicos

t302 **Büll, Sandra.**

B935h **Histórias de trabalho e outras histórias no trecho / Sandra Büll. -**

Campinas: PUC - Campinas, 2010.

136p.

Orientadora: Márcia Hespanhol Bernardo.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia social. 2. Etnologia. 3. Pessoas desabrigadas. 4. Trabalho - Aspectos psicológicos. 4. Trabalho ocasional. 5. Trabalho migratório. I. Bernardo, Márcia Hespanhol. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós - Graduação em Psicologia. III. Título.

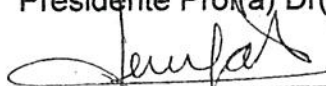
Sandra Büll

Histórias de trabalho e outras histórias no trecho

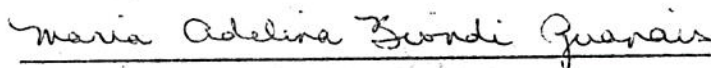
BANCA EXAMINADORA



Presidente Prof(a) Dr(a) Márcia Hespanhol Bernardo



Prof(a) Dr(a) Leny Sato



Prof(a) Dr(a) Maria Adelina Biondi Guanais

Puc-Campinas

2010

Dedicatória

Dedico este trabalho à querida Profa.
Dra. Lucília Augusta Reboredo, por me
ensinar a perguntar...

Agradecimentos

Agradeço a minha família, mamãe, papai, Su e Sá, Anderson e João Pedro, pela torcida e, especialmente, ao Alexandre, pelo bom humor, carinho e paciência com que acompanhou meu trabalho.

Agradeço a minha orientadora, Márcia Hespanhol Bernardo, pelo apoio e, principalmente, por me deixar ser eu mesma durante o trajeto.

Agradeço às amigas Giselle, Anninha e Rafa por “segurarem minhas mãos”.

Agradeço aos amigos do mestrado, Laudemir e Francisco (Dinho), refúgios certos nos momentos de alegria e aflição.

Agradeço a todos que encontrei pelas ruas, por sua sinceridade e disposição em dividir comigo suas histórias.

Agradeço a CAPES pela bolsa ofertada, sem a qual o presente trabalho não seria possível.

Sumário

Apresentação.....	11
1 Introdução	
1.1 Um breve e necessário histórico.....	20
1.2 Dados censitários, indicadores sociais	29
1.3 Os conceitos de miséria e exclusão e a população em circularidade permanente.....	35
2 Método	
2.1 Delineando a opção metodológica.....	44
2.2 “Cotidiano” e “Campo”	59
2.3 O trajeto no campo	64
3. “É que o pé coça... Chega uma hora que não aguento mais parede. É hora de andar, o pé coça”.....	68
3.1 “Não é fácil mas a gente ganha o pro dia”.....	81
3.2 “ A rua é muito sofrida, mas em compensação tem boas coisas”	91
3.3 “Tudo novo, todo dia”	103
3.4 “A rua é mágica”	115
4 Considerações finais	122
5 Referências Bibliográficas	125
6 Anexos	131

BÜLL, Sandra. Histórias de trabalho e outras histórias no trecho. Campinas, 2010. 136 fls. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2010.

A presente pesquisa, situada na linha de Pesquisa *Prevenção e Intervenção Psicológica* do Programa de Pós-graduação *Stricto Senso* da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, objetivou compreender como a categoria trabalho se apresenta a quem tem na rua seu principal suporte de subsistência e mantém-se em um caminhar constante de cidade em cidade, sobrevivendo por meio de atividades socialmente desqualificadas, próprias ao universo das ruas, com especial enfoque nos “trecheiros”, categoria de pessoas em situação de rua conhecida por permanecer em um caminhar constante de “trecho” em “trecho”.

O estudo foi desenvolvido ao longo de seis meses por meio de Etnografia, em praças e locais públicos de circulação em um município do interior paulista. Os dados foram posteriormente analisados sob a luz da Psicologia Social.

Foi possível concluir que existe uma ampla gama de pessoas que, apesar de situarem-se em uma mesma faixa econômica, possuem perfis culturalmente distintos bem como diferem substancialmente quanto aos modos de vivenciar a errância constante pelas cidades e o (não) fazer uso das

políticas de assistência social ofertadas a quem vive nas ruas. Foi possível ainda concluir que o trabalho apresenta-se a elas como uma categoria constitutiva de sua subjetividade, pois afirmam-se como trabalhadoras no intuito de afirmarem-se como honestas e socialmente relevantes. O trabalho é além disso uma atividade diária de manutenção da sobrevivência sem a pretensão de, por meio dele, acumular capital e coisas materiais e sim prover o necessário para o dia de sustento, situação que leva tal categoria populacional a uma instabilidade constante e grande vulnerabilidade uma vez que fica totalmente descoberta por qualquer tipo de rede de seguridade social que possa lhe valer em caso de impossibilidade de trabalhar, momentânea ou não.

Palavras-chave: Psicologia Social - Pessoas em situação de rua – trecheiros – trabalho

Abstract

The present research, located in the Pontificia Universidade Católica de Campinas' Psychological Prevention and Intervention line of research in the Post-graduation *stricto sensu* program, aims to understand how the work category presents itself to those who have the streets as their main subsistence means and constantly wander from town to town surviving through socially disqualified activities, typical of the streets universe, with a special focus on the "trecheiros", a category that describes the street population known to wander constantly from place to place.

This study was developed throughout six months by means of Ethnography, in parks and public circulation places in the state of São Paulo. The data was collected and later analyzed using Social Psychology

It was possible to conclude that there is a wide range of people who, despite occupying the same economical condition, have culturally distinct profiles as well as substantially different means of experiencing the constant wandering through towns and the (non) use of social welfare offered by the state to those who live in the streets. It was also possible to conclude that work presents itself to them as a category constitutive of their subjectivity, given that they call themselves workers in order to state their honesty and social relevance. Work is also a daily activity of survival maintenance without the pretention to accumulate capital or material possession, but to provide the necessary for one day only, situation that leads such category to a constant instability and great vulnerability, given that they are not covered by the welfare social net useful in case there is an impossibility to work, momentarily or not .

Key words: Social Psychology – Street population – trecheiros - work

APRESENTAÇÃO

Tive meu primeiro contato com pessoas em situação de rua em 2003, quando, ainda na graduação, fui bolsista de um projeto de extensão acadêmica inserido em uma instituição do interior paulista. A referida instituição atendia pessoas em situação de rua, de ambos os sexos e com mais de 18 anos, oferecendo comida, banho, pernoite e mantendo oficinas terapêuticas e de geração de renda com vistas à criação de uma cooperativa de artesanato.

Lá, pude constatar quão estreitas e limitadas são as vias de retorno ao dito social produtivo, que, em nossa sociedade, envolve a inserção no mercado de trabalho formal, e, por conseguinte, vivenciei a impotência sentida pelo profissional que trabalha na busca da tão discutida reinserção social. Pude acompanhar a dolorosa surpresa diante do retorno ao padrão de uso abusivo de bebidas alcoólicas por pessoas que vinham percorrendo um trajeto em direção ao que concebíamos como reinserção. Pessoas que voltavam às ruas, abandonando postos de trabalho formal e remuneração compatível.

Acompanhei telefonemas de cidadãos furiosos com a permanência dessas pessoas em espaços e vias públicas fazendo barulho, embriagando-se, pedindo dinheiro, comida e, por vezes, em atos libidinosos. Boa parte dessas ligações censurava-nos por não os mantermos permanentemente na instituição, já que esta se situava em um bairro distante, para que não incomodassem no centro da cidade. A esse respeito, afirma Frangella (2004):

A dinâmica de sua circulação implica novas sociabilidades, mas seu deslocamento errante contínuo ou intermitente, conforme a maneira de “estar nas ruas” – inclui embates contínuos com os códigos sociais e urbanos preponderantes. A não propriedade, ausência de trabalho e a fragilidade das relações afetivas e sociais colocam os habitantes das ruas em uma posição específica na sociedade contemporânea. São vistos por políticos, acadêmicos, instituições sociais, transeuntes como a forma mais visível e extrema de marginalização econômica e social. Mas, sobretudo, os moradores de rua são tidos como “fora do lugar”, desencaixados espacial e simbolicamente porque sua visibilidade é traduzida como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano. (p.14)

Especialmente doloridas eram-me as datas festivas, momentos em que a instituição recebia inúmeros donativos. Muitas vezes, grandes empresas ofereciam festas e enviavam funcionários para participar. Nessas ocasiões, o distanciamento físico, a falta de interação e de encontro entre uns e outros eram gritantes: aos necessitados apenas comida – e comida para o corpo, nunca para a alma.

Lembro-me de um churrasco ofertado por uma multinacional por ocasião do Natal. Os funcionários da empresa chegaram vestidos com camisetas nas quais se liam os dizeres “sou solidário”. Prepararam e entregaram as carnes e demais acompanhamentos no mais absoluto silêncio. Os moradores da instituição permaneceram sentados a um canto e os “solidários” no outro, ambos os grupos em silêncio, aparentemente separados por um abismo simbólico, cada qual encerrado em sua solidária solidão natalina.

Em março de 2009, fui convidada a participar de discussões promovidas por um grupo multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais) que, semanalmente, percorria os pontos urbanos de

aglomeração de pessoas em situação de rua de um município do interior paulista para ouvir as suas opiniões e necessidades, visando a um levantamento de perfil e de indicadores sociais para a proposição de políticas públicas a partir da perspectiva dos sujeitos ouvidos.

O projeto foi proposto pelo Departamento de Proteção Social Especial e viabilizado pela Coordenadoria das Ações de Atenção à Pessoa Adulta em Situação de Vulnerabilidade Social, em razão do aumento de pessoas em situação de rua na cidade, como se constatou através dos dados estatísticos obtidos por meio da Central de Triagem Municipal, que tem por objetivo encaminhar a população em situação de rua aos serviços municipais e atender migrantes em condição de vulnerabilidade social.

Outro problema que se verificou, através do estabelecimento de uma rede de atendimento a esse segmento populacional, diz respeito ao fato de que os usuários que foram atendidos inúmeras vezes pelos vários serviços oferecidos, em sua esmagadora maioria, terminaram por voltar às ruas. Os serviços são disponibilizados por parcerias entre a Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, Secretaria Municipal de Saúde e CAPS AD (Centro de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas), uma entidade não governamental e uma comunidade terapêutica para o tratamento de pessoas dependentes de álcool e drogas.

Durante a participação nas reuniões, chamou-me a atenção que as dificuldades verbalizadas pelos profissionais fossem tão próximas às vividas por mim em 2003. A tentativa de inserção dos usuários dos serviços sociais no mundo do trabalho formal, como sinônimo de reinserção social, era um dos

grandes objetivos dos profissionais, solução esta corroborada e cobrada insistentemente pela sociedade civil. Daí a desagradável surpresa dos profissionais ao constatar, depois de realizarem inúmeros esforços, que boa parte dos atendidos retornava às ruas e ao padrão de abuso de álcool e outras drogas.

Outro ponto interessante são os números apresentados pela Central Municipal de Triagem por meio de um *site* oficial. De acordo com os dados computados, foram realizados cerca de 150 atendimentos mensais, sendo que se estima que haja em torno de 25 a 30 pessoas em situação de rua fixas na cidade.

No ano de 2008 foram realizados, no total, 1.015 atendimentos a pessoas em trânsito, ou seja, 58% dos atendimentos dizem respeito a pessoas que terminam por não se fixar no município. O portal *online* informa ainda que as pessoas de outras cidades são “estimuladas a retornar ao convívio familiar em sua cidade de origem”.

Recorrendo à bibliografia sobre pessoas em situação de rua, são encontrados estudos que tendem a apresentar ou uma abordagem econômica do tema – como nos estudos de Stoffels (1977), Snow e Andersen (1998), Escorel (1999), Silva (2005) e Silva (2006) –, ou uma abordagem patologizante, especialmente enfocando o uso/abuso de álcool e/ou outras drogas e as doenças causadas pelas condições precárias de vida nas ruas. Esta abordagem pode ser encontrada em estudos como os de Nascimento e Justo (2000), Nascimento e Justo (2005), Varanda e Adorno (2006), Canônico et al (2007).

Apesar de essas duas vertentes de análise constituírem-se como os principais focos dos estudos, podem-se encontrar algumas interessantes exceções, como os artigos de Peres (2001 e 2002), que delineiam aspectos psicológicos do que chama de “andarilhos de estrada” através de instrumentos projetivos – Desenho da Figura Humana de Machover. De qualquer maneira, são escassos os dados obtidos a partir da perspectiva daqueles que vivenciam as alegrias e tristezas inerentes ao mundo das ruas.

Ao falarmos em alegrias e tristezas, parece oportuno abrir um parêntese e citar Sawaia (2002) para quem:

Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome. (p.98)

Durante a revisão bibliográfica, deparei-me com a descrição de uma categoria específica de pessoas, em meio ao complexo e intrincado emaranhado de possibilidades abarcado pela expressão “pessoas em situação de rua”.

Os denominados “trecheiros” são pessoas que se caracterizam principalmente por sua constante circulação e por se afirmarem como trabalhadores. Dessa forma se distinguem dos “pardais”, pessoas que se encontram igualmente em situação de rua, mas que permanecem fixas em um mesmo município. (Brognoli, 1996, Frangella, 2004, Bastos et al, 2003).

É importante esclarecer ainda a opção realizada quanto à estrutura de escrita do presente trabalho para que não seja confundida com uma falta de

cuidado, nem seja questionada quanto à sua legitimidade como comunicação científica.

Os capítulos serão aqui apresentados na primeira pessoa do singular porque foram constituídos por meio de Etnografia e, dessa forma, os dados apresentados são considerados como construídos na relação entre pesquisadora e pesquisado, enunciados a partir do recorte teórico e narrativo da pesquisadora, apresentados a partir de seu olhar.

A presente pesquisa foi delineada da seguinte forma:

O capítulo de Introdução foi dividido em três subtemas: O primeiro que visa oferecer um breve histórico – desenvolvido com base nas proposições de Bresciane (1982), Hobsbawm (1982) e Himmelfarb (1988) – sobre o tratamento concedido à classe trabalhadora miserável na Europa, bem como fornecer elementos, a partir de Santos (2004), sobre o processo histórico brasileiro, a fim de apontar como as profissões socialmente reservadas às classes pobres, o não trabalho, a pobreza e os delitos são, desde há muito, associados. Buscou-se, sobretudo, situar historicamente os conceitos de miséria e errância e apresentar as concepções nas quais eles foram baseados ao longo do tempo. São apresentados ainda alguns exemplos que ilustram o caráter assistencial e repressor das intervenções propostas para lidar com o tema.

No segundo tópico, busca-se fornecer dados quantitativos e qualitativos atuais sobre a população em questão, para que se possa traçar minimamente o seu perfil e também oferecer uma ideia da extensão da população em situação de rua, especificamente daquela que se mantém circulante. Finalmente, no terceiro subtema, são apresentados os conceitos de

miséria e exclusão e as inúmeras categorias por eles abarcadas. A partir desses abrangentes conceitos, delinea-se o referencial teórico e os autores que balizaram a análise aqui realizada.

O capítulo 2 é também dividido em três subtemas: o primeiro visa explicitar o método utilizado para a construção dos dados, apresentando sua origem, pressupostos, características e a apropriação que dele faz a Psicologia Social. O segundo subtema apresenta mais pormenorizadamente os conceitos tomados à Psicologia Social que permitem que o presente estudo faça uso do método anteriormente apresentado e enfatiza a escolha teórica. O terceiro subtema traz o caminho percorrido durante a pesquisa apontando os procedimentos utilizados ao longo dela.

No capítulo 3 é realizada a apresentação e análise dos dados. Apresentam-se as pessoas participantes da pesquisa, o diálogo travado com os autores com vistas a problematizar, interpretar e analisar os dados. Para tanto, são definidos cinco eixos de discussão: o primeiro eixo busca caracterizar o espaço físico onde deu-se a pesquisa. Apresenta, ainda que superficialmente, inúmeros atores – atores no sentido tanto de pensar as várias situações como pequenas esquetes de teatro como também no sentido de não serem passivos no cotidiano – encontrados no universo estudado para fornecer ideia da amplitude e diversidade com vistas a contextualizar as narrativas apresentadas. O segundo eixo apresenta alguns trabalhos informais próprios ao universo da rua e os sentimentos a eles associados. O terceiro eixo busca apresentar as diversas experiências de dor, prazer, vergonha, surpresa, narradas pelos atores das ruas. É importante aclarar que os atores

apresentados neste eixo são mais bem apresentados no momento seguinte. Valeu-se desse recurso para que fossem tomados como inseridos no contexto em que foram conhecidos, ainda que não se pudesse furtar a associar as falas de pessoas conhecidas em contextos diferentes em razão da proximidade de conteúdo e/ou sentidos encontrados nas falas. Para melhor dizer, lança-se mão de uma imagem esclarecedora: os atores serão fixados, durante as narrativas, em seu cenário e sequência de aparição, no entanto, serão chamados a outros contextos e serão citados em analogia com outros conforme se fizer pertinente. O quarto eixo objetiva narrar os motivos apresentados pelos atores para sua ida e permanência nas ruas. Enfim, o quinto e último, busca apresentar diversas concepções sobre as ruas: como espaço público de circulação, como terreno de liberdade aos boêmios e aventureiros, como local de medo e violência.

As narrativas foram dispostas de forma a propiciar um panorama o mais amplo possível da experiência aqui descrita. Não seguem, necessariamente, uma trajetória linear, recurso escolhido como tentativa de reproduzir na escrita a simultaneidade e enorme confluência de fatos que se seguem e justapõe inter-relacionando-se e dando forma ao cotidiano. É importante esclarecer também que o argumento que norteou a construção dos cinco eixos, ou seja, o tema que se visa discutir, foi definido de maneira a conferir coerência à apresentação narrativa, muito mais em uma tentativa didática do que em uma real separação entre os tópicos que, em verdade, constata-se que todos os temas são abordados conjuntamente nos cinco eixos.

Por fim são apresentadas as Considerações Finais – que visam retomar e enfatizar discussões antes enunciadas e apresentar as conclusões possíveis a este tipo de estudo – e as Referências Bibliográficas utilizadas e os Anexos da pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Um breve histórico sobre pessoas em situação de rua

Historicamente, pode-se constatar que a miséria tende a aumentar em meio ao desenvolvimento industrial e tecnológico.

Himmelfarb (1998) afirma que a Inglaterra de 1833 revelava uma importante contradição: aliado ao desenvolvimento industrial e tecnológico podia-se verificar intenso aumento da miséria. Enquanto se respirava o intenso clima de abundância, cerca de um sexto da população dependia da caridade religiosa para sobreviver.

A autora postula que a Inglaterra de então se tornava terreno fértil ao crescimento da pobreza, porque o acúmulo de bens representava o crescimento das necessidades materiais e morais e, assim, ser pobre deixou de representar apenas passar fome para se transformar na carência de um número cada vez maior de produtos e bens sociais.

A expansão industrial inglesa durante o século XIX, acompanhada de rápida e ostensiva urbanização, não eliminou totalmente “a ameaça latente dos bolsões de miséria que resistem ao apelo moralizador do trabalho”. A sociedade industrial inglesa em expansão, sedenta por mão de obra, alicerçou-se na “positividade do trabalho”, ou seja, o trabalho não é mais atrelado à desonra, não mais é encarado como um fardo necessário aos desprovidos de bens, e torna-se uma espécie de amálgama social que preservaria a coesão e

a prosperidade social, atividade necessária ao homem de bem como forma de garantir sua sobrevivência (Bresciani, 1982).

Nesse contexto, o indivíduo física e mentalmente capaz, em idade produtiva e sem meios de subsistência que se nega ao trabalho e que se mantém errante no meio urbano torna-se uma ameaça pressentida à dinâmica social instituída. Bresciani (1982) resume assim a mentalidade da época:

Esses homens só podem representar um ônus econômico, pois seja por doação, seja pelo roubo, é sempre a apropriação do trabalho de outros homens o que lhes permite ter a vida assegurada. E, mais ainda, eles configuram um ônus vital, à medida que seu descaso para com atividade do trabalho, base da própria vida, representa uma ameaça potencial de extinção da sociedade pois interrompe o processo de reprodução biológica. A fertilidade, a criação da vida, se efetiva através da apropriação das coisas necessárias à própria sobrevivência. (pp. 80-81).

De acordo com a autora, há uma clara distinção nos textos que tratam da assistência social ao longo do século XIX entre o tratamento dispensado aos pobres trabalhadores e àqueles apenas dependentes das benesses sociais. Enquanto a classe pobre trabalhadora figura dentro dos limites do controle social, aqueles que se recusam a trabalhar estavam fora desse controle de uma forma incômoda, pela ameaça constante de se unirem de maneira indesejável à massa trabalhadora miserável e influenciá-la a esgarçar o tecido social de então, basicamente sustentado pela exploração da classe trabalhadora.

Himmelfarb (1988) apresenta interessante versão sobre o tratamento dispensado aos pobres e os pressupostos que embasaram a assistência a

estes durante o século XIX. O texto baseia-se nas impressões do autor de *Memoir on Pauperism*, Alexis Tocqueville, que visitou a Inglaterra em 1833 e dá importantes indícios da apreensão do cidadão inglês de então em relação ao fenômeno em questão.

De acordo com a descrição de Tocqueville, era caro à população inglesa socorrer os pobres e necessitados, mas isso se dava de maneira individual e assistemática até que, por influência de concepções protestantes, a assistência foi concebida como direito do pobre e passou a dar-se sistematicamente por meio de inscrição nas paróquias. Segundo ele, a necessidade de inscrever-se representaria uma espécie de reconhecimento público da pobreza que teria caráter humilhante, enquanto a ajuda anônima manteria a dignidade do ajudado.

Himmelfarb (1988) enumera vários casos apresentados por Tocqueville que relatariam os inconvenientes representados pela pretensa universalização dos direitos à assistência. O que se defende com os diversos casos é uma suposta deterioração do caráter que sofreria o indivíduo que recebe ajuda constante sem necessidade de responsabilizar-se de alguma forma em contrapartida, o que se alcançaria pelo trabalho. Nas palavras de Tocqueville:

Mas estou profundamente convencido de que qualquer sistema administrativo permanente, regular, cuja meta seja satisfazer as necessidades dos pobres, criará mais miséria do que a remediará, depravará a população a qual deseja ajudar e atender, haverá o tempo em que os ricos serão só arrendatários dos pobres, esgotará a fonte dos aforros, deterá a acumulação de capitais, retardará o desenvolvimento do comércio, entorpecerá o trabalho e as atividades humanas, e terminará produzindo uma revolução violenta neste Estado, quando o número dos que recebem caridade chegue a ser maior que o dos que dão, e os indigentes, que já não poderão receber ajuda dos ricos empobrecidos para satisfazer suas

necessidades, lhes parecerá mais fácil despojá-los de todas as suas propriedades de uma boa vez e não pedir-lhes ajuda. (Tocqueville, Apud Himmelfarb, 1988, pp.179-180).

Suas afirmações representam o homem preguiçoso, da tese malthusiana, que só trabalhará mediante o forte imperativo da fome. Tais concepções embasaram a Lei dos Pobres e dão uma ideia do horror suscitado pela massa miserável à classe burguesa, que temia que ela escapasse ao seu controle e promovesse uma revolução (Himmelfarb, 1988).

A concepção de assistência aos necessitados enquanto direito, a qual se referiu Tocqueville, foi, primeiramente, estabelecida pela *Speenhamland Law* de 1795, que determinava um complemento de renda pago pelas paróquias a todo aquele que não percebesse rendimento capaz de garantir seu alimento e se baseava na premissa de que nenhum homem deveria passar fome. Assim sendo, a *Speenhamland Law* revogava a obrigatoriedade de incapacidade para o trabalho, exigida pela Lei dos Pobres (*Poor Laws*) de 1536 a 1601, como premissa ao recebimento de auxílio, universalizando o direito a ele. (Mendonça, 2006, Himmelfarb, 1988).

Hobsbawm (1982), em concepção bastante crítica, afirma que o sistema criado na França, concebido a partir do modelo da *Speenhamland Law* inglesa, foi uma forma de remediar a pobreza, que foi idealizada nos moldes de concessão caritativa cristã pelos nobres rurais e que mantinha a situação de humilhação dos pobres, mas era especialmente aceita por estes que “estavam profundamente convencidos de que tinham um direito às migalhas que caíam da mesa dos ricos” (p. 222).

Na Inglaterra, no início do capitalismo, houve o temor de que a *Speenhamland Law* culminasse na não formação de um real mercado de trabalho, pois, de acordo com a já anteriormente citada tese malthusiana de homem preguiçoso, a garantia de não passar fome levaria à recusa do trabalho. A Nova Lei dos Pobres de 1834 (*Poor Law Reform*) estabelece o fim da assistência como princípio universal, excluindo dela aqueles que não tivessem idade avançada, sofressem de doença física e/ou mental (Mendonça, 2006 e Himmelfarb, 1988).

De acordo com Bresciani (1982), a Nova lei dos Pobres de 1834 não elimina o auxílio aos pobres, mas estabelece a obrigatoriedade da entrada daqueles que o recebem nas chamadas Casas de Trabalho (*Workhouses*), que funcionavam como prisões, com grandes muros, rígida disciplina, separação dos familiares, trabalho pesado aos homens, imposição de silêncio e poucas refeições. As Casas de Trabalho objetivavam extrair lucro da pobreza e findar com os gastos advindos da assistência ao pobre desempregado.

A Inglaterra vinha produzindo leis que arbitravam a respeito daqueles que, momentânea ou permanentemente, não tomavam parte no trabalho – “a legislação sanguinária contra os expropriados”, nas palavras de Marx – desde o século XVI. Ao longo dos séculos, essas leis tornaram-se mais rigorosas e procuraram dissociar aqueles que, por incapacidade física ou mental, poderiam receber caridades daqueles tidos como vagabundos e aproveitadores, que seriam fisicamente castigados e convocados a buscar trabalho (Bresciani, 1982).

Já Himmelfarb (1988) afirma que os pressupostos contidos na Nova Lei dos Pobres não chegaram a ser completamente implementados e postula grande diferença entre o que propunha a lei e a prática, sendo esta bem menos severa. Segundo a autora, a Nova Lei dos Pobres foi recebida com muita revolta e contestações dos magistrados, do clero e da população. No entanto, pode-se dizer que ela revela o conjunto de ideias que cercava a pobreza naquele período histórico.

Segundo Bresciani (1982), a preocupação com os miseráveis não era restrita à Inglaterra do século XIX. A autora aponta inúmeras leis anteriores que procuravam encaminhar a questão e demonstram o quanto ela perpassou inúmeros períodos históricos: em 1660, instituiu-se o “Apelo ao Parlamento relativo aos pobres, para que não haja mendigos na Inglaterra”, que propunha algo comparável a uma agência de empregos; em 1662, surgiu a Lei de Fixação que previa o retorno do pobre desempregado a sua cidade de nascimento; já no século XVIII, com a criação da “Bristol Corporation for the Poor”, por John Cary, e dos “Colleges of Industry”, por John Bellers, viu-se a possibilidade de adestrar a pobreza, obrigando-a a produzir mais-valia.

O constrangimento do pobre ao trabalho é, assim, verificado repetidas vezes em períodos históricos distintos na Europa e, sobretudo na Inglaterra, alicerçando-se na concepção de que o trabalho é, a um só tempo, direito e dever.

A ideia de pobreza como traço moral pejorativo alicerça-se na moral puritana que institui a ajuda aos pobres a partir de uma prerrogativa de

distanciamento e da pressuposição da superioridade dos ricos em relação a eles. Moral amplamente aceita entre os séculos XVII e XIX (Bresciani, 1982).

Hobsbawm (1982), ao retratar a situação do trabalhador pobre na Europa, afirma que as condições de vida, especialmente na França, eram miseráveis e as possibilidades de mobilidade social da classe trabalhadora, bastante restritas. De acordo com ele, inúmeras famílias “penhoravam a cada semana seus cobertores até o dia do pagamento”, e o uso abusivo de álcool tornou-se uma alternativa constantemente procurada por trabalhadores empobrecidos, adoecidos, abandonados em condições materiais desumanizantes.

O autor afirma que o uso de álcool e a prostituição, acompanhada da disseminação de doenças entre os trabalhadores pobres, são aspectos inerentes ao processo de industrialização e urbanização sem planejamento que dificultava a extensão dos serviços de manutenção urbana e que a situação atingiu tal proporção que, em 1840, houve uma mobilização geral em prol da moderação do consumo do álcool dos trabalhadores da Alemanha, Inglaterra e Irlanda.

No Brasil, após o fim da escravatura, ocorrida apenas no fim do século XIX por forte pressão da Inglaterra que necessitava de mercados consumidores para sua produção em expansão, os negros livres terminaram por engrossar o volume de pessoas nas cidades, somando-se ao já grande número de imigrantes provindos dos interiores do país e aos imigrantes europeus que chegavam em levadas crescentes a fim de substituir a mão de obra escrava. Estas pessoas procuravam os meios urbanos em busca de atividades que

pudessem lhes garantir a sobrevivência, mas boa parte delas não conseguia atividade remunerada (Santos, 2004).

Santos (2004) aponta que:

No Código Penal de 1890, havia artigos que tornavam mendigo, ébrios, vadios e capoeiras em contraventores sujeitos à prisão celular. Para os maiores de 21 anos, ficava estabelecida a prisão em celas, que variava de 5 dias a 4 meses. Os menores, entre 14 e 21 anos, deveriam ser recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais. A repressão era indubitavelmente maior contra os vadios e capoeiras reincidentes. De acordo com os artigos 399, 400 e 401, eles deveriam ser recolhidos por 1 a 3 anos em colônias penais, em ilhas marítimas ou nas fronteiras do território. Aqueles que fossem estrangeiros reincidentes seriam deportados. (pp.145-146)

O indivíduo desprovido de posses e trabalho era não apenas culpabilizado por sua situação como também incorria em crime sujeito a uma série de penas específicas. O espaço público era cada vez mais circunscrito e não se tolerava formas de vida consideradas desviantes ao padrão estabelecido, ainda que esses modos de ser não causassem qualquer tipo de dano a terceiros. Nas palavras de Santos (2004):

Os mendigos, bêbados e vadios descritos pela lei eram aqueles indivíduos que escolhiam a miséria, o vício, uma afronta à moral e aos bons costumes. Não eram colocados na cadeia os pobres em geral, mas os pobres que não tinham “optado” pelo trabalho e pelos bons costumes. (p.146)

Foi assim criada em 1894 a Colônia Correccional de Dois Rios e, posteriormente, em 1903, a segunda Colônia Correccional, que deveria receber “homens, mulheres e crianças que fossem presos pelas forças policiais e

julgados pelas cortes como menores abandonados, bêbados, jogadores, desordeiros, ratoneiros, vadios, vagabundos, capoeiras e mendigos”. Os internos deveriam trabalhar em atividades agrícolas e em oficinas, dispostos de acordo com o sexo e a idade, e receberiam, ao final da pena, valor correspondente pelo trabalho prestado. Por meio do trabalho esperava-se promover a “reabilitação moral” dos condenados. (Santos, 2004)

Pode-se perceber que, tal como na Europa, o tratamento dispensado historicamente aos pobres que permaneciam nas ruas no Brasil configurava-se como um misto de punição, correção e tentativa de inclusão forçada no compartilhamento dos valores morais predominantes e tinha o trabalho imposto como o principal meio para atingir esses objetivos.

Nos dias de hoje, segundo Mendonça (2006), pode-se verificar, nos moldes de atendimento preconizados na Constituição Federal de 1988, que situa a assistência social no campo da Seguridade Social, tanto concepções inovadoras, que associam a assistência ao campo do direito, quanto práticas clientelistas, que relegam o atendimento aos pobres ao campo da caridade.

Pode-se encontrar ainda fortes traços do tratamento higienista e da expulsão das massas de pobres que circulam nas grandes cidades na “arquitetura antimendigo”, que orienta as práticas de fechar fendas, viadutos e logradouros urbanos precários, para impedir a permanência de pessoas em situação de rua, além de medidas que mantêm molhadas praças e marquises, inclusive com a instalação de sistemas de gotejamento contínuo, com o pretexto de manutenção da limpeza pública, para, na realidade, impedir a permanência da população errante nesses locais (Frangella, 2004).

1.2. Dados Nacionais

Após este breve apanhado histórico, serão apresentados dados nacionais visando oferecer um panorama da situação atual no Brasil.

Em maio de 2008 foi apresentada ao governo federal a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, doravante chamada aqui de Política Nacional, que resultou de um censo federal desenvolvido em 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O primeiro censo sobre pessoas em situação de rua, realizado na cidade de São Paulo em 2000, definiu um total de 8.706 pessoas. Sendo que 5.013 permaneciam nas ruas e 3.693 estavam acolhidas em albergues e instituições. (Schor e Artes, 2001)

Segundo Ferreira (2005), fato também afirmado por Schor e Artes (2001), um dos grandes problemas era a inexistência de dados oficiais sobre o assunto e mesmo um perfil populacional que pudesse balizar o planejamento e a promoção de políticas públicas para essa população. Assim, em 1998, a cidade de Belo Horizonte iniciou um levantamento censitário municipal, levado a cabo no ano de 2005, que pretendia realizar um levantamento numérico e traçar o perfil socioeconômico da população em situação de rua (Ferreira, 2005).

O autor cita ainda os estudos censitários realizados nas cidades de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro e argumenta que as inúmeras diferenças metodológicas no desenvolvimento das pesquisas impossibilitaram análises comparativas. Outra grande dificuldade elencada é a característica de mobilidade constante da população que pode levar tanto à não contagem, quanto à contagem dupla dos indivíduos.

A cidade de São Paulo vem realizando censos anuais desde 2000. O mais recente, ocorrido em 2009, apontou um total de 13.666 moradores de rua, sendo que 6.587 vivem nas ruas e 7.079 são acolhidos em albergues e instituições.

O primeiro censo nacional foi desenvolvido por amostragem e abarcou 48 municípios com população igual ou superior a 300.000 habitantes, 23 capitais de estado e o Distrito Federal, perfazendo um total de 71 municípios. O universo de tal pesquisa foi definido a partir do pressuposto de que, por contar com maior número de recursos, esses municípios concentrariam maior contingente de pessoas em situação de rua, configurando-se, assim, como amostra representativa da situação nacional. As cidades de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Recife (PE) e Porto Alegre (RS) não foram incluídas nessa amostragem porque realizaram pesquisas similares, na mesma época do estudo nacional (Brasil, 2008).

A contagem, que se centrou nas pessoas acima de 18 anos, significou uma tentativa de tratar a questão de forma mais ampla e possibilitar que um primeiro perfil nacional fosse traçado.

Os dados do censo apontam para uma estimativa de 44.875 pessoas em situação de rua (31.922, segundo o censo nacional de 2007, somados aos números das cidades de Recife em 2005, 1.390 pessoas, de Belo Horizonte, 1.164, e de São Paulo em 2003, 10.399 pessoas)¹, ou seja, estima-se que 0,061% da população dos municípios com 300.000 ou mais habitantes possa ser definida como população em situação de rua.

Das 44.875 pessoas pesquisadas, 82% seriam homens, 53% com idades entre 25 e 44 anos, faixa adulta com capacidade de produtividade plena. A presença de negros (pardos, cerca de 39,1% das pessoas, somados a pretos, cerca de 27,9%, segundo autodeclaração) seria consideravelmente maior na população estudada.

Quando perguntados sobre os motivos para a permanência nas ruas, 35,5% dos entrevistados apontaram o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas como o principal motivo; 29,8%, o desemprego; e 29,1%, os problemas com familiares.

Quanto à circularidade constante, 59,9% dos entrevistados declararam terem vivido nas ruas em até três cidades, 11,9% foram caracterizados como trecheiros, por terem declarado que viveram nas ruas em mais de seis cidades, e 44,8% mudaram de cidade em busca de emprego. Deve-se lembrar, porém, que os dados sobre pessoas que se mantêm em circularidade constante são os mais passíveis de erro pela dificuldade na realização da contagem que pode, conforme apontado por Ferreira (2005), tanto levar à exclusão de indivíduos

¹ Segundo informa o texto da Política Nacional, os dados de Porto Alegre não foram acrescentados aqui porque o levantamento datou do segundo semestre de 2007, ou seja, não havia sido concluído quando da formulação do relatório final.

quanto à contagem dupla.

O Plano Nacional afirma que a estigmatização da população em situação de rua brasileira como vagabundos é errônea e aponta dados que comprovam que essa população é, em sua maioria, formada por trabalhadores. No entanto esse fato revela-se inútil para minimizar ou findar o estigma social, pois os dados do censo apontam que a população em situação de rua exerce atividades socialmente desqualificadas que são, elas mesmas, geradoras de preconceitos e reprovações sociais.

De acordo com os números, dos 44.785 entrevistados, 70,9% declararam exercer algum tipo de atividade remunerada, sendo 27,5% como catador de material reciclável; 14,1% como 'flanelinha'; 6,3% na construção civil; 4,2% em atividades de limpeza; e 3,1% como carregador/estivador. Desse total, 15,7% dos sujeitos declararam pedir dinheiro como principal meio de subsistência. A maioria, 58,6%, declarou ter profissão, mesmo não a exercendo atualmente, sendo 27,2% na construção civil, 4,4% no comércio, 4,4% no trabalho doméstico e 4,1% na mecânica (Brasil, 2008, pp. 9-14).

Os dados acima referidos apontam o papel de categoria constituidora do lugar social das pessoas que a atividade profissional adquire em nossos dias, a associação entre identidade e trabalho. O "ter uma profissão" marca a personalidade das pessoas tornando-se parte do que são, como se próprias ao corpo, e a atividade, mesmo quando não exercida, continua a constituir-se como parte do sujeito. O entrevistado afirma-se "comerciante", "mecânico", etc., ainda que o fazer próprio à atividade tenha cessado há tempos.

A relação entre identidade e trabalho foi apontada por vários autores,

entre os quais se destacam aqui os apontamentos de Bresciani (1992) e Jacques (1996).

Bresciani (1982), a partir de uma visão crítica, apresenta-nos a concepção burguesa de propriedade, própria ao capitalismo. A autora afirma que, por meio dessa concepção, que postula o direito de cada homem de dispor do trabalho de seu corpo como propriedade individual, possibilita-se o trabalho assalariado. Mais que isso, torna a participação no mercado, ainda que pela venda do trabalho de seu corpo, a maneira como o homem se constitui socialmente.

Segundo Jacques (1996), as definições de identidade e trabalho encerram contradições próprias às definições etimológicas de cada um dos conceitos.

Para a autora, a palavra identidade, “do latim *idem*, o mesmo”, a um só tempo, “propõe uma noção de estabilidade que se contrapõe à processualidade e ao caráter de construção que lhe são próprios”, ou seja, evoca estabilidade e movimento, “o igual e o diferente (...), o coletivo e o individual”. Diante disso, “A tendência atual é de concebê-la como uma síntese lógica e ontológica e facultar às relações sociais papel de destaque na sua constituição” (Jacques, 1996)

Jacques (2006) aponta que a palavra trabalho evoca aprisionamento e liberdade, dor e possibilidade de transformação da natureza pelo homem, o que levaria os autores, diante dos problemas em defini-la com uma única aceção, a buscar “aproximações conceituais, ou seja, conceitos de trabalho distintos que não o esgotam e nem são integráveis racionalmente entre si”.

Para a autora:

A articulação entre identidade e trabalho vem de uma tradição que confere ao papel social expressividade na constituição do sujeito.

... A importância e a exaltação máximas conferidas ao trabalho na sociedade ocidental concedem ao papel de trabalhador lugar de destaque entre os papéis sociais representativos do eu. Arendt (1981), referindo-se à importância do **homo faber** no mundo contemporâneo, assinala que ao tentar dizer “quem é”, a própria linguagem induz a dizer “o que alguém é”, reservando um lugar de destaque ao papel de trabalhador. (Jacques, 1996, p.22)

Além disso, ao papel de trabalhador materializado em uma função específica são associadas ainda qualidades físicas e morais tais como força, paciência, honestidade, etc. (Jacques, 1996).

Devemos ressaltar ainda que o documento da Política Nacional é resultado de intenso e histórico processo de reivindicação de atores e entidades sociais que discutem essa problemática tais como MNPR (Movimento Nacional de População de Rua), a Pastoral do Povo da Rua, a OAF (Organização de Auxílio Fraternal) e a Rede Rua de Comunicação. Apesar de propor uma conceituação ampla a respeito da população em questão, englobando inclusive os logradouros precários, termina por propor saídas questionáveis como, por exemplo, a inclusão de pessoas em situação de rua no Programa Bolsa Família e a promoção de incentivos, tais como fornecimentos de uniformes e passagens de ida e volta para que frequentem a escola regularmente.

1.3. OS CONCEITOS DE MISÉRIA E EXCLUSÃO E A POPULAÇÃO EM CIRCULARIDADE PERMANENTE

A presente pesquisa adota como base teórica os pressupostos da Psicologia Social. Estabelece, ainda, uma interlocução com conceitos e autores de disciplinas que possuem uma grande interface com a Psicologia Social, tais como a Antropologia e a Sociologia.

Paugam (2003) diferencia os indivíduos fragilizados e assistidos. Os primeiros são caracterizados pela precariedade econômica ligada a “status jurídicos inferiorizados: estágios de formação, emprego por tempo determinado ou ‘bicos’, desemprego, etc.”. São atendidos pela assistência social de forma momentânea, em razão da situação financeira. Os assistidos são pessoas acompanhadas de forma contínua pela assistência social e distinguem-se também dos marginalizados. O autor estabelece essas distinções e afirma que os fragilizados costumam apresentar sentimentos de desvalor e inferioridade.

Paugam (2002) afirma ainda que não é incomum que os pobres sejam levados ao isolamento pela vergonha de expor socialmente sua condição por sentirem-se inferiores, o que lhes vedaria o sentimento de pertencimento a uma classe social com vistas à mobilização para a mudança.

O autor vale-se do conceito de desqualificação social para explicar como um grande número de pessoas torna-se inativo e socialmente irrelevante, mesmo descartável. Enfatiza ainda que essa inatividade termina por unir categorias de pessoas pobres muito heterogêneas quanto ao perfil e história de

vida numa mesma grande categoria de inativos, fato exacerbado por conceitos de pobreza que sejam estáticos e engessados.

O conceito de desqualificação social corresponde a um processo social que:

... caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo. ... Seu objeto de estudo não é a pobreza em si, tampouco os pobres, mas a relação de assistência entre eles e a sociedade na qual vivem. (Paugam, 2002, p. 68)

Castel (1997) vale-se do conceito de desfiliação ou desafiliação para falar de um processo de marginalização social que, de forma gradual, tende a abarcar e compor o modo de vida de populações muito distintas entre si como “indigentes, ‘*drop out*’, sem domicílio fixo, certos toxicômanos, jovens à deriva em subúrbios deserdados, ex-pacientes psiquiátricos ou ex-delinquentes saídos de instituições, etc.” (p. 20).

O autor afirma como é precária mas necessária o que chama de “contagem dos pobres”, em razão das múltiplas diferenças existentes e dos inúmeros critérios distintos que podem nortear essas contagens.

Os conceitos de desqualificação social de Paugam (2002) e o de desfiliação de Castel serão retomados no capítulo de análise dos dados no qual serão mais bem delineados.

Outro conceito muito utilizado para referir-se a inúmeras categorias minoritárias distintas entre si – na acepção, proposta por Castel (2008), de

minoria não detentora de status, não como minoria numérica – é o de exclusão social.

Sawaia (2002) nos alerta para o que Castel (2004) chama de “*motivalse*”, referindo-se a conceitos que agrupam muitas categorias completamente distintas umas das outras, tal qual uma maleta que guarda inúmeros objetos diferenciados, ou seja, aponta a multiplicidade de vieses teóricos e ideológicos que o conceito de exclusão social engloba.

O leque de possibilidades abre-se, num dos extremos, com a desigualdade considerada como produto da incompetência individual, passa pela presentificação da falta, ou seja, “um sinônimo do sufixo sem (*less*)”, e, no outro extremo, com a desigualdade considerada como fruto da distribuição assimétrica de bens sociais e de consumo.

A autora afirma que a tentativa de eliminar tais ambiguidades conceituais em favor do preciosismo teórico culmina num engessamento analítico, presente em boa parte dos estudos que se propõe a adentrar tão vasto e intrincado tema. Assim, a grande maioria dos estudos privilegia apenas um olhar sobre a exclusão, geralmente econômico ou social, reduzindo as possibilidades de instrumental teórico e analítico de um fenômeno que exige o que Sawaia (2002) chama de “conceitos crioulos”, interdisciplinares, que deem conta de seu caráter multifacetado que, em última instância, têm sua gênese na injustiça social (Sawaia, 2002).

Sawaia (2002) delimita os pressupostos desse olhar teórico para que não seja confundido com uma abordagem frouxa, na qual qualquer coisa vale. Para ela:

Analisar a ambiguidade constitutiva da exclusão é captar o enigma da coesão social sob a lógica da exclusão na versão social, subjetiva, física e mental. Portanto, este enfoque não deve ser confundido com a falta de coerência ou com relativismo, no sentido de tratar de tudo e aceitar qualquer significado. (Sawaia, 2002, p. 7)

Tomando-se como base os pressupostos acima elencados, a exclusão social é considerada aqui como um processo histórico-social “vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações”, constituído em um movimento dialético entre inclusão e exclusão social. Ainda nas palavras da autora:

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (Sawaia, 2002, p. 8)

Considera-se ainda oportuna a inclusão das afirmações realizadas por Spink (2000), que diz que a “pobreza enquanto exclusão social” necessita de uma abordagem mais interativa que leve em conta os eventos como pertencentes à torrente de fatos que se sucedem no cotidiano, fatos dos quais todos fazem parte numa rede de interações sociais. O autor afirma que através da análise da implicação e participação dos profissionais e pesquisadores nos eventos que se encadeiam no cotidiano é que será possível melhorar nossa “Competência dialógica, a capacidade de assumir um papel responsável e ético na construção de sentido” (p. 40).

Spink (2000), ao discutir a concepção à primeira vista ampla, aqui anteriormente mencionada, da exclusão enquanto falta – de bens de consumo, de recursos financeiros, de bens sociais, de liberdade –, acrescenta outros elementos necessários a uma análise mais efetiva. Afirma ainda que a exclusão “contempla realidades extremamente diversas, às vezes mensuráveis, às vezes não”. E completa:

... a noção de pobreza está diretamente ligada à questão fundamental da cidadania, da democratização da sociedade, da construção de laços sociais e da falta de proteção aos direitos individuais e coletivos. Friedmann (1992) após uma longa experiência na América Latina, apontou oito vertentes a partir das quais o processo de inclusão precisa ser compreendido, começando pela base territorial do lar e da vizinhança segura – o que ele chamou de um ambiente amigável, que apoia a vida cotidiana. Suas outras vertentes de análise foram: tempo disponível adicional ao necessário para a subsistência; acesso a conhecimentos e habilidades; informação que é relevante, clara, honesta e de confiança sobre métodos, práticas e oportunidades; organização social; redes sociais; instrumentos de trabalho e de vida diária e recursos financeiros diretos ou em forma de crédito. O acesso, neste sentido, está diretamente ligado à questão de poder: à capacidade de assumir um poder social a partir do uso de redes sociais... (Spink, 2000, p. 47)

Dentre as inúmeras e distintas categorias populacionais abarcadas pelo conceito de populações excluídas/incluídas ou incluídas perversamente, destacamos as pessoas em situação de rua.

De acordo com a Política Nacional (2008), a expressão “população em situação de rua” descreve um conjunto de pessoas tão complexo quanto variado, que tem em comum a obtenção de suporte material e identitário em um espaço público tido como de circulação, a rua. A principal característica desse heterogêneo segmento, cuja construção obedece a “parâmetros

temporais e identitários diferenciados”² é a de estabelecer, na e a partir da rua, relações privadas geralmente circunscritas ao espaço doméstico.

Serão aqui utilizados dois aspectos da definição norteadora, apresentada na Política Nacional (2008). O primeiro busca delimitar o segmento populacional alvo.

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (Brasil, 2008, p. 8-9)

E o segundo, complementar ao anterior, amplia a definição, contemplando o valor social do trabalho assalariado:

A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo na rua o espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiência físicas e mentais. (Brasil, 2008, p.8-9)

A presença desse contingente populacional nas ruas tornou-se tão constante quanto naturalizado e é mais bem expressa pela díade presença-ausência, uma vez que assume o status de problema social não por sua

² Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, 2008, p. 3.

inegável materialidade, mas apenas quando se configura como incômodo, quando sua materialidade duplica-se em delito: mendicância, vadiagem, agressão, pequenos furtos, perturbação da ordem.

Recorrendo à bibliografia disponível sobre o tema, foi possível verificar em meio à já referida heterogeneidade da população em situação de rua, uma categoria específica de pessoas, chamadas de “trecheiros”, que se caracteriza principalmente por sua errância constante.

Brognoli (1996), em estudo etnográfico, utiliza-se das categorias antropológicas de nomadismo e sedentarismo para caracterizar e contrapor pessoas em situação de rua que circulam constantemente de cidade em cidade, ou de trecho em trecho, àquelas que se fixam em pontos urbanos e têm circulação bastante restrita, os “pardais”.

É interessante destacar que, segundo o autor, a denominação trecheiro é considerada a forma menos pejorativa de designação das pessoas em situação de rua por guardar estreita relação com o trabalho. É uma forma de distinção entre as diversas categorias que compõem a heterogeneidade da população em situação de rua (Brognoli, 1996).

A citação abaixo apresenta fragmentos de entrevistas realizadas por Brognoli (1996), nos quais se pode identificar a distinção moral que a categoria trecheiro suscita com relação a outros modos de estar na rua:

...os trecheiros muitas vezes ajuda. Que nem, nós já cansemo de ajudá motorista na estrada aí, tudo quanto é tipo, carga caída nós ajeitava. Com trecheiros é assim, procura sempre fazê o bem (p.56).

...trecheiros trabalha e mendigo sobrevive pedindo; é bebê e pidi. Trecheiros não; vai com finalidade, anda a pé, pede também pra sobreviver mas trabalha. São

quase igual. O trecheiro luta pela vida, às vezes complica. Se tá lá do outro lado, quer vir pra Curitiba, tem que trabalhar no trecho ou vir a pé (p.57).

...Naquele tempo nós era trecheiro, mas nós trabaivava. Trabaivava, registrado ou não, por dia, ou dez dia, dois dia, três dia, o que fosse. Arrumava o dinheirinho da pinga, como sempre diz, e pra comida na estrada, pegava a mochila e trecho de novo (p.56).

[O trecheiro] é um cara trabalhador e que não recusa serviço, ao contrário de seus camaradas da rua que passam o dia todo sem fazer nada a não ser beber (p.52).

[O trecheiro] não mexe no que é dos outros, trabalha no que aparece, carrega sempre um galo-de-briga [sacola] nas costas e é honesto (p.53).

Brognoli (1996) afirma que mesmo que afirmar-se como trabalhador seja uma forte característica da personalidade do trecheiro, não é a busca pelo trabalho que determina o trajeto a ser percorrido. Na verdade, o trabalho esporádico surge como suporte material à manutenção da errância e, assim, o trabalho seria muito mais um eixo de distinção moral do que uma busca real.

Já Frangella (2004) conceitua o trecheiro como um trabalhador em busca de oportunidades de emprego, que vaga de cidade em cidade, ou de “trecho” em “trecho”, mas ressalta que, muitas vezes, ele guarda do trabalho apenas o discurso, terminando por tornar a circularidade constante um fim em si.

De acordo com a definição de Bastos *et al* (2003), os trecheiros são:

... desvinculados da família e do trabalho, buscam a sobrevivência nos caminhos do país. Caminham de cidade em cidade, de vila em vila, de campo em campo. Raramente retornam à família, por isso seu destino mais fácil é tornarem-se moradores de rua (Bastos et al, 2003, p.20).

Peres (2001) utiliza como sinônimos os termos “trecheiros” e “andarilhos de estrada”, os quais conceitua como:

... sujeitos que vivem nos acostamentos de auto-estradas, caminhando solitária e compassadamente sem destino, carregando num saco ou mochila puída todos os seus pertences... os andarilhos formam um subgrupo que possui certas peculiaridades: são altamente migratórios, utilizam bebidas alcoólicas diariamente e em grandes doses, adotam como meio de subsistência basicamente a mendicância e/ou eventuais trabalhos temporários e parecem ter-se conformado com a vida na rua, devido principalmente à falta de perspectivas.

A maioria dos “trecheiros” caminha desacompanhada, desconfia das pessoas que procuram uma aproximação e busca o “outro” apenas em situações de necessidade extrema. Tais características parecem estar intimamente vinculadas com a deserção social, que se desdobra em estreitamento da sociabilidade e restrição dos relacionamentos pessoais. (pp. 67-68)

OBJETIVOS

A presente pesquisa objetivou conhecer a realidade de pessoas que mantêm-se em permanente circulação, de cidade em cidade, com especial enfoque nos trecheiros, e compreender como a categoria trabalho se apresenta a quem tem na rua seu principal suporte de subsistência.

2. MÉTODO

2.1. DELINEANDO A OPÇÃO METODOLÓGICA

Os dados aqui descritos foram analisados à luz da Psicologia Social e foram ainda utilizados autores de disciplinas que possuem grande interface e mesmo intercruzamentos com a Psicologia Social, como a Sociologia e a Antropologia.

A presente pesquisa valeu-se do método etnográfico, ainda que com características muito específicas, como o fato de os sujeitos raramente se repetirem. Portanto, faz-se necessária a apresentação de um pequeno histórico sobre a construção do método etnográfico, em que ele consiste, como e de quais pressupostos nele contidos a Psicologia Social se apropria para aplicá-los a seus estudos e objetos específicos.

A palavra etnografia tem sua origem nos termos gregos *graphein*, que significa descrever, e *ethnos*, que significa estrangeiro e foi posteriormente utilizada para designar grupos étnicos e culturais. Como técnica de investigação científica, a Etnografia foi, a partir de uma inspiração nas teorias evolucionistas da Biologia de Darwin, primeiramente utilizada na Antropologia descritiva como base para a construção de uma teoria do desenvolvimento social gradual e progressivo, que seguiria um trajeto linear, com etapas sucessivas. (Chizzotti, 2006)

Segundo Chizzotti (2006), as primeiras pesquisas etnográficas eram de caráter notadamente naturalista e positivista e pretendiam, através da descrição sistemática do cotidiano de indivíduos e grupos sociais ditos primitivos, estabelecer as etapas de evolução social e principalmente encontrar elos de passagem de uma etapa evolutiva à seguinte para caracterizá-los em relação às sociedades europeias tidas como ícones de progresso social. Tais pressupostos teóricos tinham por base a teoria da evolução das espécies de Darwin, o racionalismo de Kant e o naturalismo cultural positivista inspirado nas teorias sociológicas de Durkheim.

A ruptura com esse modelo deu-se com a publicação dos registros de campo de Malinowski no ano de 1967 que “mostraram um pesquisador assolado por sofrimentos psíquicos, físicos, fortes emoções e desejos e, portanto, muito mais humanizado” (Peirano, 1992).

Atualmente, o estudo etnográfico parte do pressuposto da total imersão do pesquisador no universo que pretende estudar tanto pela necessidade de compreendê-lo a partir de sua complexidade própria, e não em comparação a qualquer outro contexto a ele exterior, quanto pela absoluta indissociabilidade entre pesquisador e objeto (Hammersley & Atkinson 2001). Sobre isso afirmam os autores:

Toda investigação social se baseia na capacidade humana de realizar observação participante. Atuamos no mundo social e somos capazes de vermos a nós e a nossas ações como objetos desse mundo. Ao incluir nosso próprio papel dentro do foco de investigação e explorar sistematicamente nossa participação como investigadores no mundo que estamos estudando, podemos desenvolver e comprovar a teoria sem ter que fazer chamamentos inúteis ao empirismo, quer

seja em sua variedade naturalista ou positivista. (Hammersley & Atkinson, 2001, p. 40).

Para tanto, valem-se da observação participante e das entrevistas informais para documentar o cotidiano, mas, sobretudo, da criação de um vínculo de confiança entre pesquisador e pesquisado.

Oliveira (1996) afirma que a observação participante vai além de uma empatia própria a ela, segundo ele:

... significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente dirigível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação. (Oliveira, 1996, p. 21)

Mais adiante afirma:

Tentando penetrar as formas de vida que lhe são estranhas, a vivência que delas passa a ter cumpre uma função estratégica no ato de elaboração do texto, uma vez que essa vivência – só assegurada pela observação participante “estando lá” – passa a ser evocada durante toda a interpretação do material etnográfico no processo de sua inscrição no discurso da disciplina. (Oliveira, 1996, p. 31)

Hammersley e Atkinson (2001) chamam as entrevistas informais de entrevistas etnográficas e apontam as diferenças existentes entre estas e as demais:

A principal diferença entre as entrevistas realizadas por etnógrafos e as entrevistas com questionários não é, como frequentemente se sugere, que umas sejam “desestruturadas” e as outras “estruturadas”. Todas as entrevistas, como

qualquer outro tipo de interação social, são estruturadas, tanto pelo entrevistador quanto pelo informante. A diferença fundamental está em que umas são entrevistas reflexivas e outras são padronizadas. Os etnógrafos não decidem de antemão as questões que querem formular, ainda que costumem entrar na entrevista com uma lista de temas dos quais querem falar. Os etnógrafos tampouco se restringem a uma única maneira de indagar. Em diferentes entrevistas, ou em diferentes momentos de uma mesma entrevista, a aproximação a um tema pode ser direta ou indireta, dependendo da questão que é buscada. (p. 129)

O método etnográfico busca ainda estabelecer uma relação entre os aspectos individuais e o contexto histórico-social no qual o indivíduo ou grupo estudado está inserido. Segundo Chizzotti (2006):

A etnografia caracteriza-se pela descrição ou reconstrução de mundos culturais originais de pequenos grupos, para fazer um registro detalhado de fenômenos singulares, a fim de recriar as crenças, descrever práticas e artefatos, revelar comportamentos, interpretar os significados e as ocorrências nas interações sociais entre os membros do grupo em estudo. (p. 71)

Em sua maioria, as etnografias estudam grupos bem delineados e buscam realizar a construção dos dados de forma contextualizada. Como anteriormente dito, privilegia-se a observação participante, mas podem-se utilizar outras técnicas de pesquisa desde que estejam em concordância com a pergunta que se pretende responder.

Rockwell (1985) afirma que, em um processo de pesquisa etnográfico, o delineamento se dá de forma processual, ou seja, boa parte das questões como, por exemplo, os procedimentos técnicos adotados, a forma de análise e síntese, bem como as delimitações do objeto de estudo, deve ser definida e

redefinida ao longo de todo o desenvolvimento da pesquisa e não numa etapa prévia.

Hammersley e Atkinson (2001) corroboram as afirmações de Rockwell acima apontadas de que as etapas da pesquisa etnográfica não obedecem a um planejamento inicial rígido e imutável e devem agregar reflexões e redefinições ao longo de sua execução e acrescentam que isso não significa que a pesquisa fique ao sabor dos eventos emergidos no campo, mas sim que ela se guia especialmente por uma questão primeira bem definida e agrega também questões surgidas no campo, que influam diretamente na interpretação e elucidação do tema principal da pesquisa e que não haviam sido elencadas na etapa de planejamento (Hammersley & Atkinson, 2001).

Peirano (1995) adverte que não existe uma forma, um modelo infalível a ser seguido em um estudo etnográfico ou mesmo a pressuposição de estatísticas ou aplicação de questionários. O produto final dependerá, em grande medida, “da biografia do pesquisador, do contexto teórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia local da pesquisa” (p. 120).

A utilização da etnografia como método legítimo de investigação científica em Ciências Humanas gera questionamentos e controvérsias desde os anos 1930.

Peirano (1992) apresenta a discussão e os principais questionamentos feitos à etnografia no Brasil e também nos Estados Unidos. Afirma que, no Brasil, existe o temor de que o uso da etnografia culmine no “relaxamento do rigor metodológico das ciências sociais”, enquanto nos Estados Unidos,

questiona-se a inexistência de um “esforço comparativo”, ou seja, cogita-se a necessidade de delineamento das diferenças entre a etnografia e as demais pesquisas de campo para que se possam caracterizar melhor os problemas próprios ao método etnográfico e evitar-se um pretense exotismo julgado presente nos estudos antropológicos atuais.

A autora compara essas críticas às ocorridas nos anos 1930 quando já então se considerava “um perigo na saturação dos textos etnográficos” e apontava-se a necessidade de estudos comparativos para sua validação. Em terras brasileiras, as críticas partem especialmente da Ciência Política e da Sociologia que receiam o relaxamento metodológico do viés antropológico, posição também defendida por Florestan Fernandes em décadas anteriores (Peirano, 1992).

Em favor da Etnografia, Peirano (1992) argumenta que os textos antropológicos, tal como apresentados por Geertz, propõem uma nova forma de compreensão “ao dar atenção tanto aos textos criados pelos antropólogos quanto aos processos culturais que são neles descritos”. Como resposta a estes questionamentos pondera a autora:

Somos todos cientistas sociais, herdeiros de uma tradição que remonta a Durkheim (que não distinguia a sociologia da antropologia) e Weber (para quem a interpretação era uma das características das ciências da cultura). Relembro também que, na antropologia, de Malinowski a Geertz, passando por Lévi-Strauss, sempre houve lugar para uma consciência crítica das representações de outros povos e outros lugares. A antropologia tem como projeto formular uma ideia de humanidade construída pelas diferenças, resultado do contraste dos nossos conceitos (teóricos ou de senso comum) com outros conceitos nativos. (Peirano, 1992, p. 4)

Nas Ciências Humanas, a Etnografia surgiu como uma alternativa aos modelos naturalista e positivista de investigação científica em razão das críticas sofridas por esses modelos quando utilizados para investigar o cotidiano (Hammersley e Atkinson, 2001).

Segundo Hammersley e Atkinson :

Atuamos no mundo social e somos capazes de vermos a nós mesmos e a nossas ações como objetos desse mundo. Ao incluir nosso próprio papel dentro do foco de investigação e explorar sistematicamente nossa participação como investigadores neste mundo que estamos estudando, podemos desenvolver e comprovar a teoria sem ter que fazer chamamentos inúteis ao empirismo, seja em sua variedade naturalista ou positivista. (Hammersley & Atkinson, 2001, p. 40)

Da Matta (1978) fornece importante contribuição para a definição dos pressupostos etnográficos adotados na presente pesquisa. O autor faz uma interessante distinção entre o fazer do etnógrafo que estuda sociedades distintas da sua, chamados por ele de “internacionais”, e aqueles que estudam sua própria sociedade, chamados de “nativos”. Enquanto os primeiros transformariam o exótico em familiar, os segundos terminariam por transformar o familiar em exótico.

Como apontado anteriormente, a principal característica do método etnográfico é a ênfase descritiva dos dados. Inúmeros recursos podem ser utilizados para registro, tais como fotos, filmagens e gravações de voz. Esses recursos aliam-se ao diário de campo que se configura como um registro escrito sistemático que deve ser realizado imediatamente após a visita ao

campo e que compreende toda a vivência do pesquisador e constitui a principal base para as análises. (Chizzotti, 2006)

Os recursos descritos e, em especial, o diário de campo compõem o material para a reconstrução do universo que se deseja interpretar, como forma de composição da legitimidade metodológica. (Chizzotti, 2006)

Peirano (1995) conceitua a narrativa etnográfica como uma “prática discursiva política” e considera como práticas inaceitáveis “a fabricação da alteridade, a homogeneização do ‘outro’ e a negação implícita do significado das culturas migrantes dentro do ocidente”. Esta autora, citando Geertz, afirma a diferença entre o estudo de aldeias e o estudo em aldeias, “no corpo da etnografia de descrição minuciosa na esperança de tornar cientificamente eloquentes as simples ocorrências”.

Oliveira (1996) considera que o Olhar, o Ouvir e o Escrever compõem a tríade que dá base ao método etnográfico. Enquanto o Olhar e o Ouvir são os instrumentos que possibilitam a pesquisa empírica, o Escrever é o momento que aglutina reflexão e interpretação.

O autor aponta a necessidade primeira de “domesticação do olhar”, como primeira atividade própria ao trabalho de campo. Segundo ele:

... a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. (Oliveira, 1996, p. 15)

Oliveira (1996) considera que o olhar é disciplinado durante o percurso percorrido ao longo do tempo para a apropriação dos conceitos e pressupostos teóricos próprios à ciência que estudamos e, uma vez em campo, devemos nos guiar por esse olhar já perpassado pelas concepções teóricas que adotamos.

Arelado ao Olhar está o Ouvir etnográfico, este também perpassado pelas escolhas conceituais feitas ao longo dos anos. O autor aponta a necessidade de saber Ouvir, que constituiria uma abertura que possibilita trocas simbólicas entre o pesquisador e seu interlocutor, o pesquisado, realizando o que chama de “encontro etnográfico”, um intercâmbio de ideias, sentimentos e experiência considerado por Oliveira (1996) imensamente superior à disposição costumeira de informante-pesquisador.

Quanto ao Escrever, o autor afirma que, enquanto o Olhar e o Ouvir “podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo”, é no Escrever que surge a oportunidade de exercício de comparação e reflexão, entre o que se pensa e sente “estando lá” e “estando aqui”, expressões tomadas a Geertz, ou seja, de volta ao gabinete, no momento de interpretação e teorização do vivido em campo.

Weffort (1997), citando Simone Weil, afirma que o olhar que contenha atenção e presença configura-se como a mais sublime forma de generosidade. Aponta-o também como uma ferramenta que pode ser usada para perscrutar e analisar o cotidiano naturalizado. De acordo com ela:

Não fomos educados para olhar pensando o mundo, a realidade, nós mesmos. Nosso olhar cristalizado nos estereótipos produziu em nós paralisia, fatalismo, cegueira. Para romper esse modelo autoritário, a observação é a ferramenta

básica neste aprendizado da construção do olhar sensível e pensante. (Weffort, 1997, p. 10)

A autora pontua que, tal como não fomos educados para ver, também não o fomos para ouvir, assim considera que a escuta qualificada, atenta e sensível é um passo constituinte do processo de formação do olhar revelador que incluiria ainda a capacidade de sintonia consigo mesmo e a percepção da “escuta de silêncios e ruídos na comunicação”. A percepção de si, como um dos passos do processo, surgiria pela necessidade de, ao conhecer a fala, a maneira de pensar das outras pessoas e grupos, buscar-se entrar em sintonia para que construa um diálogo de fato.

Para a autora as pessoas são criadas para buscar com os olhos e com os ouvidos apenas o que as agradem, apenas o que ecoe sua fala interna e não o que se lhes oferece aos olhos e ouvidos através da inclusão do exterior no diálogo. Assim:

Também não fomos educados para a escuta. Em geral, não ouvimos o que o outro fala; mas sim o que gostaríamos de ouvir. Neste sentido, imaginamos o que o outro estaria falando... Não partimos de sua fala; mas de nossa fala interna. Reproduzimos, desse modo, o monólogo que nos ensinaram.

O mesmo acontece em relação ao nosso olhar estereotipado, parado, querendo ver só o que nos agrada, o que sabemos, também reproduzindo um olhar de monólogo. Um olhar e uma escuta dessintonizada, alienada da realidade do grupo, buscando ver e escutar não o grupo (ou o educando) real, mas o que temos na nossa imaginação, fantasia - a criança do livro, o grupo idealizado. Ver e ouvir demanda implicação, entrega ao outro. (Weffort, 1997, p. 12)

Weffort (1997) conclui que a construção do olhar sensível envolve alguns momentos imprescindíveis: a escuta de si a partir de um movimento

introspectivo, para definição dos objetivos, recorte teórico e temática pretendidos, que constitui o momento de planejamento; um momento que envolve a capacidade de sair de si para entrar, não só em contato, mas sim em sintonia com o outro a partir das concepções dele, momento que incluiria ainda os registros realizados; e o momento de voltar a experiência vivida e observada para dentro de si num esforço de compreensão, análise e reflexão; e, finalmente, um novo sair de si, através de uma devolução do conhecimento que a construção dos dados possibilitou para que novas propostas sejam criadas.

Portanto, a opção pela observação, no sentido de olhar sensível e qualificado que propõe, inclui necessariamente “a reflexão, a avaliação e o planejamento; pois todos se inter cruzam no processo dialético de pensar a realidade”.

Diehl, Maraschin e Tittoni (2006), em artigo que discute ferramentas teórico-metodológicas construídas numa prática de estudo em Psicologia Social que buscou uma articulação operativa entre intervenção, reflexão e supervisão com vistas à formação profissional, afirmam o exercício do escrever materializado pela construção do diário de campo como a possibilidade de “distanciamento e de deslocamento da posição perante a experiência”. Os autores descrevem o diário de campo como uma ferramenta que possibilita diminuir a tensão gerada pela intensidade de sentimentos experimentados em campo além de constituir-se como forma de apropriação autoral da experiência vivida.

Os autores defendem ainda o uso do diário de campo como forma de registro de uma Psicologia Social crítica, ética e politicamente comprometida,

que parte de um real perpassado tanto pela subjetividade quanto pelo corpo de quem escreve.

Ao configurar o olhar como meio legítimo de produção de conhecimento, Diehl, Maraschin e Tittoni (2006) apontam os benefícios e também as implicações advindas dessa escolha.

Afirmam que se centrar no olhar, aqui entendido como o “exercício de um observador”, ou seja, diferenciado de outras vertentes da Psicologia que utilizam diversas outras formas de observação, é questionar-se pelo primado das imagens que predominam pela produção e reprodução midiática de massa em nossa sociedade, que “através das novas tecnologias coloca uma nova dimensão para o imaginário e nossa capacidade de ver”. É marcar a urgência de transpor o limite do que se apresenta aos olhos e ampliar o campo de visão. Os autores nos apontam os perigos do falseamento do olhar:

É também indicativo de perigo, porque olhar não é tarefa fácil, e com frequência o que enxergamos não nos agrada e por vezes fazemos de conta que não o vemos, e mesmo crentes em nossa sabedoria, podemos cair facilmente em armadilhas imaginárias de promessas totalitárias. Mas o que está em jogo nesta ação de olhar que pode ser ferramenta para o trabalho?... O olhar impõe considerar a posição do observador como implicado naquilo que observa. Considera ainda suas limitações como observador parcial e também determinado, abandonando a busca de uma realidade acessível objetivamente e passando a tomá-la como construída coletivamente. (Diehl, Maraschin e Tittoni, 2006, p. 412)

Quanto ao percorrer, concebem-no como o processo formado por trajetos e paradas, pelo pensar o lugar, tanto o teórico onde nos situamos, quanto o que podemos ocupar e por onde nos movimentamos. Afirmam que a “pergunta em relação ao lugar do qual falamos e dos lugares nos quais

conseguimos transitar é um dos instrumentos de exercício do modo de psicologia social que assumimos” (p. 413).

Cabe ainda apresentar as afirmações de Sato e Souza (2001), em artigo no qual defendem o uso da Etnografia em pesquisas de Psicologia Social como um rico recurso de investigação.

As autoras afirmam que:

...o local e o particular são espaços possíveis para desenvolver o trabalho empírico, no qual processos mais gerais podem ser descritos e compreendidos, bem como conceitos e teorias podem ser construídos. (Sato e Souza, 2001)

Através da Etnografia é possível compreender “a situação por trás do sistema, a interação por detrás da estrutura, o sentido por detrás da função, o ator por detrás do agente” através de uma imersão no cotidiano que permite a superação da dicotomia entre social e individual através do estudo de “um presente em que se reconheçam os vestígios e as contradições de múltiplos processos de construção histórica” e não concebido como produto de uma estrutura social finalizada e concisa.

Sato e Souza (2001) apontam os principais recursos propiciados pelo método etnográfico:

...a riqueza e a pertinência dessa abordagem nos estudos da área da psicologia sobre os processos de interação social colocam-se, do ponto de vista teórico, em função de alguns motivos: primeiro porque nesses processos as expressões pessoais, singulares e comuns, podem ser acessadas de diversas formas - instituições criadas (formas de relação, códigos, ritos, regras, valores, etc.) e práticas - sendo a verbalização apenas um dos canais de sua expressão. Conforme estudado pela etnometodologia, há métodos criados cotidianamente pelas pessoas para lidarem com situações e problemas diversos, onde regras

tácitas são construídas, recriadas e reproduzidas pelas pessoas, muito embora, a sua existência não ascenda ao simbólico e não sejam objetos de verbalização. (Sato e Souza, 2001)

As autoras chamam a atenção para o fato de que, uma vez no campo, o pesquisador também constitui-se como objeto de estudo para as pessoas que ali estão pois estas também passarão a observá-lo, analisá-lo e interpretá-lo, farão perguntas e demonstrarão curiosidade sobre o andamento e a conclusão da pesquisa e sua finalidade. Sato e Souza (2001) lembram ainda que do conjunto de ideias construídas e imaginadas sobre o pesquisador dependerá o que as pessoas do campo lhe falarão ou lhe calarão. Assim:

Essa atitude investigativa das pessoas do local em relação ao pesquisador o insere numa relação na qual a assimetria é menor do que ele eventualmente possa imaginar e isso tem implicações diretas para o seu trabalho de pesquisa. Essa assimetria no relacionamento deixa de ser motivo de surpresa quando vemos a pesquisa de campo como um processo de convivência entre pessoas. Sendo assim, não são apenas as regras e rigores metodológicos que nortearão a qualidade da pesquisa, mas a qualidade do relacionamento entre o pesquisador e as pessoas do local pesquisado. (Sato e Souza, 2001)

Dessa forma, enfatizam a importância do vínculo construído entre pesquisador e pesquisado e da imersão no campo como base à interpretação das redes relacionais, da linguagem não verbal bem como dos demais códigos próprios à população estudada, corroborando a concepção de Oliveira (1996) aqui antes apresentada, de que o “estando lá”, em campo, será retomado em todo o percurso de interpretação e teorização dos dados.

Quanto à população em situação de rua que mantém-se em constante circularidade, destacamos o estudo de Brognoli (1996) no qual afirma lançar

mão não apenas da Etnografia, mas também do corpo teórico da Antropologia, para o estudo das categorias de trecheiros e pardais por considerar a Psicologia essencialmente individualizante e patologizante.

Aqui, optou-se por aliar a possibilidade de descrição e apreensão do cotidiano, que a utilização da Etnografia permite bem como a passagem do individual ao coletivo e vice-versa, possibilitado pela Psicologia Social como forma de dar voz ao sujeito e situar sua vivência em um contexto social mais amplo. A escolha da etnografia como técnica para construção de dados do presente estudo deu-se ainda em razão do pressuposto de estabelecimento de vínculo de confiança com a população que se pretende pesquisar, pois, como adverte Brognoli (1996):

Organizando seu cotidiano através de táticas diversas, TRECHEIROS E PARDAIS movem-se de acordo com as oportunidades fortuitas, aprendidas caso a caso, deslizando entre regras e valores sociais, tornando aquilo que seria desfavorável em vantagem, isto é, revirando os códigos em seu proveito: o trabalho não será fator de sedentarização, mas fornecerá certas condições para a mobilidade; a formulação do pedido no acharque levará em conta certos “pontos fracos” do doador a fim de desfazer sua resistência em dar algo; a sinceridade e a mentira serão utilizadas na medida e no momento que se julgar conveniente e assim por diante (p. 122).

Dessa forma acredita-se que a Etnografia, por meio da observação participante, oferece importante instrumental para que sejam estudados valores, interações e comunicação não verbal que possibilitem avançar para além de verbalizações pautadas no socialmente aceito.

2.2 “COTIDIANO” E “CAMPO”

Serão agora melhor explicitados os pressupostos teóricos que dão base metodológica a este estudo, especialmente no que tange ao pressuposto de total imersão no campo. As concepções de campo e cotidiano propostas por Spink (2008) serão apresentadas e tomadas como pressupostos às análises posteriormente realizadas.

Spink (2008) inicia seu artigo com uma afirmação forte, enfática: “o cotidiano é tudo que temos, (...) só há lugares e micro-lugares entendidos enquanto pequenas sequências de eventos e nada mais além disso” (p. 70). Dito isso, pergunta gravemente:

O que é o cotidiano? Será que a expressão se refere a algo simplesmente mundano, uma parte corriqueira e irrelevante da vida, separada e distinta dos acontecimentos importantes ou, ao contrário, o cotidiano é tudo que temos? Argumentamos que todos vivem no seu cotidiano sejam eles presidentes, prefeitos, reis e rainhas, chefes, escriturários, moradores de rua ou qualquer um de nós. Podemos, no jogo dos sentidos, valorizar o cotidiano de alguém como sendo importante no sentido institucional; mas esta é uma questão diferente. Ao contrário, propomos que todos nós, independentemente de onde estamos e quem somos, acordamos pela manhã e entramos no dia que temos pela frente; dia este que nada mais é que um fluxo de fragmentos corriqueiros e de acontecimentos em micro-lugares. (Spink, 2008, pp. 70-71)

O autor refere-se aos arranjos dos acasos do dia a dia, dos silêncios e conversas, da vida viva que pulsa e que leva aos mais diversos tipos de interação humana que podem ocorrer nos “bares, salas de espera, corredores,

escadas, elevadores, estacionamentos, bancos de jardins, feiras, praias, banheiros e outros lugares de breves encontros e de passagem” (p. 71).

E acrescenta:

Com a expressão “micro-lugares”, busca-se recuperar a noção da psicologia social como prática social, de conversa e de debate, de uma inserção horizontal do pesquisador nos encontros diários – encontros estes que não acontecem no abstrato ou no ar, mas que acontecem sempre em lugares, com suas socialidades e materialidades . (Spink, 2008, p. 71)

A partir da afirmação de Spink (2008) sobre o papel da Psicologia Social como prática social que pode e deve inserir-se nos chamados micro-lugares, nos quais o cotidiano e, portanto, a vida vivida têm lugar, concebemos as praças, as ruas e os logradouros públicos como campos passíveis de serem estudados e como lugares de legítimo e importante estabelecimento de redes e cadeias de relações humanas.

O autor aponta ainda que o cotidiano vivido é complexo e composto por uma infinidade de micro-lugares, que não constituem um pano de fundo secundário, uma vez que esses micro-lugares “são produtos e produtores de vários processos sociais e identitários: nós, eles, os temas a serem debatidos, com quem conversamos, como e onde vivemos”.

Esclarece ainda que a afirmação de um micro não implica a sugestão de um oposto, um macro, mas, sim, que o cotidiano é, ele mesmo, formado pela construção realizada por cada ser humano de pequenos espaços de ser-fazer-interagir humanos que se sucedem e encontram a todo instante (Spink, 2008).

Propõe ainda que o pesquisador seja considerado como um dos membros dos micro-lugares, discutindo a postura clássica de observador externo. Conclui ele:

Virar as costas para o cotidiano é abrir mão da possibilidade de uma inserção mais caótica no mundo das ações sociais; uma inserção ordinária e corriqueira – diferente da daquela do especialista e do observador imparcial. (Spink, 2008, p. 71-72)

O autor, em texto datado de 2000, a partir de conceitos tomados a Milton Santos, concebe um *lugar* como um marco referencial a partir do qual pode-se pensar o social, baseado em “um enraizamento na processualidade do cotidiano fora das organizações e as instituições onde a maioria de psicólogos e psicólogas se encontram e que, inevitavelmente influenciam seus olhares”. Concebe que, a partir de Lefebvre, “não há um espaço *a priori* vazio, preexistente e pronto para ser ocupado (...) o espaço é uma construção”.

Aliado ao conceito de lugar como uma construção social, diferenciando-o, tal qual presente em Spink (2000), de localização – esta composta por inúmeros lugares, um emaranhado de lugares com forças distintas – será aqui utilizado o conceito de campo-tema.

Spink (2003) apresenta a concepção de “campo” advinda da primeira geração da Escola de Chicago, entendida como uma inserção no *locus* onde o objeto de pesquisa habita, um contato para observação e interação seguida de posterior retorno ao gabinete para reflexão e teorização de fato. Contrapõe a esta a visão que, surgida de preocupações com as cadeias de relações intersubjetivas, concebe campo “como a situação atual de um assunto, a

justaposição de sua materialidade e socialidade ... Nesta ótica, não é o campo que tem o assunto, mas ... é o assunto que tem um campo”. (p.65)

O autor, propondo como estruturar uma comunicação científica relatada a partir de uma pesquisa na qual “iria se caminhando sem saber direito como e onde”(p. 64), sugere o uso de narrativas e de histórias, comunicações estas que possibilitariam a “desnaturalização sucessiva (ou estranhamento) em relação à temática em foco, ... olhar multidirecional e da ausência de um ponto predefinido de chegada ou término” (p.64). Segundo ele:

...enquanto a discussão sobre pesquisa qualitativa já chegou à maturidade e alcançou o reconhecimento de sua contribuição e de sua processualidade, permanece a tendência de organizar a redação do trabalho dentro dos moldes comuns. (Spink, 2003, p.64)

O autor pontua mais adiante em seu texto:

Nós contamos histórias e nós nos tornamos as histórias que nós contamos. Os contadores e contadoras de histórias nos contam sobre valores, sobre heróis, heroínas, sobre o passado e sobre o presente, para que possamos vir a ser as histórias que são contadas. Seguramos seus aventais, sentamos no chão a seus pés e nos localizamos e posicionamos nas tramas que aí desenrolam. Mas na vida cotidiana há muitos contadores de histórias e, diferente do Pinóquio, não há um grilo falante para dizer quais são as histórias boas e quais são as histórias más; as histórias que devemos ou não devemos acreditar. (Spink, 2003, p.67)

É em relação às narrativas e/ou histórias contadas que o autor define o conceito de campo-tema. Spink (2003) apresenta um pequeno relato sobre sua experiência com bonecas contadoras de histórias, iniciado no momento em que soube da existência delas e findo quando o autor adquiriu uma para presentear um amigo querido que publicara sobre prática discursivas.

A partir de sua narrativa, o autor postula que não há um assunto independente, alheio às bonecas que descreve, como também não há um lugar no qual se possa ir para observar o “campo das bonecas que contam histórias”.

Nas palavras dele:

O campo das bonecas contadoras de histórias é um processo contínuo e multi-temático no qual as pessoas e os eventos entram e saem dos lugares, transformando-se em versões e produtos que também são feitos por pessoas e utilizados por pessoas em diálogos que podem ser lentos e distantes, mas mesmo assim acontecem. (Spink, 2001, p. 67)

Ao afirmarmos, enquanto psicólogos sociais, um tema como psicologicamente relevante para pesquisa, estaremos defendendo um posicionamento específico sobre ele e também presentificando-o socialmente em diversos contextos, mesmo em uma roda de conversa informal com amigos. Segundo Spink (2003):

O restante é uma questão de lugares de encontro, de opções de engajamento e de possibilidades de diálogo. A única diferença entre nós como pessoas na rua, interessadas em assuntos, buscando fazer experiências para ver se algo dá certo, e nós como psicólogos sociais, é quando tornamos o assunto “disciplinarmente presente”. (p.69)

Portanto, o presente trabalho estará se valendo do conceito de campo-tema, definido a seguir, sempre que for utilizada a palavra campo.

O campo-tema, como complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço criado... herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação. (Spink, 2003, p.70)

2.3. O TRAJETO NO CAMPO

A etapa de construção de dados da presente pesquisa iniciou-se após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Em um primeiro momento, permaneci durante um mês, duas vezes por semana, por cerca de quatro horas, no terminal rodoviário e imediações em um município do interior paulista.

A ideia de desenvolver a pesquisa junto ao terminal surgiu porque é nele que se localiza a central de triagem em assistência social, responsável pelo fornecimento de passagens rodoviárias e pelo encaminhamento para os serviços municipais direcionados às pessoas em situação de rua. (Os demais serviços compreendem uma comunidade terapêutica, CAPS AD e internação em hospital psiquiátrico; além disso, a prefeitura mantém algumas vagas em parceria com uma segunda comunidade terapêutica particular localizada no município.) A principal questão metodológica colocada era como seria possível fazer um estudo de inspiração etnográfica cujo foco fosse um objeto em constante circularidade, os trecheiros? A proposta inicial foi manter-se num mesmo ponto fixo, no qual a população estudada costuma passar seguidas vezes.

A presente pesquisa foi realizada ao longo de seis meses, iniciados após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Os dados foram construídos por meio de observação participante e entrevistas de inspiração etnográfica na praça e ruas próximas ao Terminal

Rodoviário de um município do interior paulista, no próprio Terminal e também em duas praças centrais da cidade. Foram incluídas ainda entrevistas realizadas em uma instituição municipal que atende o público-alvo da pesquisa.

A proposta original consistia em permanecer três vezes por semana na rodoviária municipal e arredores, durante quatro horas, perfazendo os períodos manhã, tarde e noite. A incursão noturna foi realizada por duas semanas, mas foi então descartada pela grande permanência de usuários de drogas e de tráfico no local e imediações, o que representava perigo desnecessário para a pesquisadora, uma vez que o segmento populacional alvo não se fazia presente nesse período.

Dessa forma, permaneci durante quatro semanas, às segundas-feiras das 7:00 às 11:00 horas e às sextas-feiras das 13:00 às 17:00 horas. Após este período inicial, foi verificada inviabilidade de acessar a população pretendida nesse local. A observação do trajeto realizado por trecheiros, que entravam na cidade vindos da principal rodovia de acesso e rumo ao centro comercial, fez com que passasse a percorrê-lo e decidisse por permanecer nas duas praças centrais, locais que possibilitaram maior contato com os trecheiros.

Portanto, durante os cinco meses seguintes, estive nas praças centrais duas vezes por semana, às segundas-feiras das 7 às 11 horas e às sextas-feiras das 13 às 17 horas.

As entrevistas realizadas na instituição municipal foram incluídas tanto por seu importante conteúdo quanto porque se considerou a passagem pela instituição não como uma saída das ruas, mas sim como uma das estratégias próprias ao estar na rua, em razão das inúmeras vezes que os entrevistados

declararam ter feito uso dos serviços oferecidos sem que isso alterasse o processo de retorno ao trecho. Tal argumento é reforçado pelas verbalizações dos já citados profissionais municipais que atendem às demandas próprias a essa população e que se queixam que os usuários dos serviços por eles disponibilizados retornam rapidamente ao ciclo da rua na grande maioria dos casos, permanecendo nos serviços apenas quando fisicamente fragilizados ou ameaçados de morte nas ruas.

Quando o trabalho se dava nos espaços públicos de circulação, os participantes eram abordados de maneira informal, como em uma conversa de rua e, quando se mostravam receptivos, eram informados sobre a pesquisa e seus objetivos.

O registro das entrevistas foi realizado de acordo com critérios previamente acordados com o entrevistado: alguns permitiram a gravação, que foi então posteriormente transcrita; outros permitiram anotações por escrito ao longo da conversa; e outros ainda não permitiram registro algum, o que obrigou-me a escrever rapidamente, quando finda a entrevista e ainda em campo, todas as frases que minha memória permitia como forma de manter-me o mais próxima possível ao que foi dito. A forma de registro é especificada ao longo das entrevistas aqui apresentadas e analisadas e são feitas ressalvas quanto à precisão das falas atribuídas aos entrevistados.

Tanto as entrevistas quanto os outros fatos observados no decorrer do trabalho de campo foram registrados em diário de campo. Os nomes e apelidos atribuídos aos entrevistados são fictícios.

As narrativas, escritas a partir das entrevistas realizadas, foram dispostas de forma a dar uma ideia das inúmeras categorias distintas que fizeram parte da presente pesquisa. Boa parte das entrevistas não foi reproduzida ou comentada em sua totalidade, pois se empregaram fragmentos para compor uma espécie de quadro, que pudesse oferecer dados para a análise das duas entrevistas que foram consideradas em profundidade.

As duas entrevistas foram escolhidas devido às proximidades e aos distanciamentos nelas verificados: um dos entrevistados era jovem, vivia no trecho no momento da entrevista, sentia-se livre, afirmava não ter problemas com álcool e/ou outras drogas. O outro era mais velho, encontrava-se numa instituição de acolhimento no momento da entrevista, dizia-se culpado pelo tempo passado na rua e afirmava-se alcoólico.

3. “É que o pé coça... Chega uma hora que não aguento mais parede. É hora de andar, o pé coça”

O terminal rodoviário é pequeno, um local aberto e sem conforto, sem abrigo do vento, mas que oferece abrigo do sol e da chuva. Olhando-se a partir de quem chega a ele de ônibus intermunicipal pode-se avistar cinco guichês de venda de passagens e, ao lado esquerdo, alguns bancos de frente para uma televisão presa a um suporte e alguns táxis estacionados. Atrás dos guichês de passagens existe um corredor com boxes de comércio: uma pequena lanchonete, uma loja de produtos “*made in China*”, uma banca de jornal e uma cafeteria. Há também o box que abriga o já citado posto de triagem da assistência social municipal, um banheiro feminino e outro masculino (cobra-se R\$ 0,50 pelo uso) e alguns telefones públicos.

As primeiras incursões realizadas revelaram intensa circulação de pessoas, momentos de grande burburinho em alternância a minutos de completa calma, de acordo com a chegada e partida dos ônibus intermunicipais e também locais. Acompanhei a movimentação constante, pessoas que esperam antes que chegam ou dão adeus a amigos que partem, sacolas, risos, pedaços de conversas entrecortadas, infinidade de cheiros... Plataforma de recepção e despedida.

Logo de início percebi a semelhança na aparência entre trabalhadores das classes mais baixas e os trecheiros. A descrição, fornecida pela literatura científica consultada até então, consistia em: chinelos nos pés geralmente

bastante castigados, os pés e também os chinelos, roupa surrada e suja, mochila ou algum tipo de sacola (Nascimento e Justo, 2001, Brognoli, 1999 e Frangella, 2004).

Diante do imenso calor que fazia e após um dia todo, muitos homens encaixavam-se nesse perfil, com barbas por fazer, suor a lhes escorrer pela testa e forte aroma de álcool. Algumas vezes tive receio de me aproximar e cometer uma indelicadeza, tive dúvidas se estariam voltando para casa ou reiniciando a trajetória destinada a não chegar, própria aos trecheiros.

Passei a acompanhar com os olhos um senhor que percorria todo o perímetro parando nos lixos que estavam dispostos em toda a volta da rodoviária. Parava diante do cesto, abria a tampa e, sem luvas ou qualquer tipo de proteção, remexia lá dentro e vez ou outra retirava uma latinha de alumínio que colocava em uma sacola que trazia ao lado do corpo. Vestia uma roupa surrada, boné sujo, calça com as barras dobradas e um boné com aspecto rançoso, além de uma camisa de manga curta, abotoada até o último botão do pescoço e muita limpa em franco contraste com os demais elementos da composição. Aproximei-me e comecei perguntando sobre as latas, se era um bom lugar para pegá-las, se rendia... Respondia sem me olhar e continuava a remexer o lixo. Expliquei a minha pesquisa e Pedro, pois era esse seu nome, me disse *“o sujeito perde o emprego, num acha outro, começa a beber o dia todo e aí num aguenta... vai um dia, vai outro e fica na rua mesmo”*. Pergunto se ele já dormiu na rua. *“Não, eu moro com a mulher, tenho três filhos, a menina mora com a gente e tem os netos também”*. Informou o bairro onde morava (um bairro afastado com moradores de baixa renda) e que era

aposentado, catava latinhas para complementar a renda familiar. Eu quis saber ainda se ele bebia. *“Umazinha a gente sempre toma, né moça? Descansar do sol no fim do dia”*. Pedro faz parte de uma camada da população que, em termos de renda, aproxima-se da miséria, da total vulnerabilidade social, mas que possui um grande diferencial: mantém o núcleo familiar coeso e é por essa família que remexe nos lixos. Em sua fala podemos entrever a concepção de que o trecheiro é um sujeito apartado do mundo do trabalho, que tenta a ele retornar, não consegue e termina alcoólico.

Conversando com os comerciantes dos boxes circunscritos ao terminal pude constatar que não estabelecem nenhuma diferença entre os trecheiros e o que vários chamaram de *“mendigos”, “pinguços”, “vagabundos”*. Alguns agradeciam a presença do posto de triagem social, pois esse centralizava a presença das pessoas em situação de rua (aqui denominadas, a partir de agora, PSR) e impedia que ficassem entrando no comércio e incomodando os clientes. Uma minoria atribuiu à presença do posto a vinda de muitas PSR ao terminal.

Ao abordar o primeiro trecheiro pude observar um objeto que passou a guiar minhas abordagens no terminal: um fino cobertor preso à mochila.

Augusto fumava sozinho sentado em um banco numa pracinha lateral às imediações do terminal. Aproximei-me, apresentei-me e expliquei o motivo da abordagem. Concordou em falar, mas não que eu gravasse a conversa. Era do Paraná, da cidade de P. Gostava do Paraná, lá vivera com seus pais, mas, como não arrumava emprego, aos 25 anos viera para São Paulo a fim de morar com uma irmã casada e trabalhar com o cunhado em uma pequena

oficina mecânica mantida nos fundos da casa. Trabalhara com o cunhado e morara com eles durante dois anos, mas começara a achar que o dinheiro nunca vinha para seu bolso, na verdade não havia sido combinado antecipadamente como se daria o trabalho e o pagamento, assim, enquanto ele se sentia roubado pelo cunhado, o cunhado considerava que seu trabalho era bem pago pela estadia na casa. Decidira tentar outros caminhos e conseguira emprego com um senhor que contratava homens para montar arquibancadas nos rodeios pelo interior paulista. Saíra da casa da irmã brigado com o cunhado, o novo trabalho não era registrado e nem tinha continuidade. Como dependia da demanda do circuito de rodeio e outros eventos, ele acabava dormindo em alojamentos improvisados ou pensões. A esta altura Augusto estava bastante inquieto, querendo terminar a conversa. Passou a responder com evasivas e monossílabos, suspeitei que quisesse beber, pois ainda era bem cedo e não parecia ter bebido. A conversa, que até então era bastante interessante, foi por ele abruptamente interrompida e retornei ao terminal.

Abordei algumas pessoas que circulavam por ali para tentar registrar a opinião delas sobre os trecheiros. Uma senhora, dona Antônia, 65 anos, parou e me disse: *“Que é mesmo que você vai fazer com esses coitados?”* Explico e ela me responde: *“Eles precisam é de oração pra ver se deus dá jeito, minha filha”* e saiu me deixando falando sozinha. Caso de milagre, de incumbência divina...

Bem cedo pela manhã avistei um grupo de ciganas sentadas no chão. Eram quatro mulheres, uma criança de uns dois anos e um bebê de colo: Coloridas, cheias de pulseiras brilhantes, sujas, de chinelos e com os

calcanhares muito rachados, falavam alto e riam. Apresentei-me pedindo para conversar com elas. Quando expliquei de que se tratava, a mais velha, Maria, disse-me prontamente que não eram PSR, a quem chamou de “*essa gente suja*”. Falou sem rispidez, mas prontamente. Mostrei a carteirinha do mestrado e expliquei que entrevistaria pessoas que circulavam de cidade em cidade, os chamados trecheiros, que, por vezes ou sempre, pernoitavam na rua. Concordaram em conversar, não pedi para gravar.

Fátima, que segurava o bebê e estava à minha esquerda, foi logo falando bastante. Com olhos brilhantes, parecia muito feliz em participar. Logo me senti mais à vontade, mas constantemente sob o olhar vigilante da senhora Maria que me analisava em silêncio da cabeça aos pés. Maria era mãe de Fátima e de uma das outras moças, Rosana. A quarta mulher, mãe do menino, era nora de Maria, não soube seu nome. À certa altura, quando tentei saber, ela disse: “*Que profissão é essa sua de especular a vida dos outros?*” Manteve-se alheia o resto do tempo.

Fátima contou que vivem no município de I., que possuem casas próprias e vivem de comércio, mas não especificou que tipo de comércio, ignorando ou respondendo com evasivas ao meu questionamento. Dizia que na rua “*vendem coisas*”, “*vendem de tudo um pouco*”, leem a sorte, pedem dinheiro.

Sobre as crianças, disse que cada uma delas é responsabilidade de toda a comunidade, mas as decisões são tomadas pelo pai e pela mãe que escolhem com quem casarão e, se “*aprontar*”, a moça é expulsa da convivência. Aprontar significa “*namorar alguém que os pais não escolheram*,

perder a virgindade". Na rua é a mais velha quem decide o destino do dinheiro ganho, que hora retornarão da rua, onde irão trabalhar; na comunidade são os homens. As decisões finais competem ao líder do clã.

A certa altura Maria interrompe a filha e diz:

Nós temos dinheiro, temos muitas casas em Itapira. Quero que a moça ligue pra alguém lá e pergunte dos cigano, quem são os cigano lá. Tenho dez filhos... Tudo meus filhos homem tem carro, nós tem caminhonete, nós tem carro, nós tem casa. Agora no Natal, tudo meus filhos trocaram de carro, um pegou um gol zero, quatro portas, o outro pegou um Fox, sabe qual é?

A senhora passou a descrever vários carros, com riqueza de detalhes, nomes e marcas. Eram tantos os detalhes que, ao final da conversa, eu, que não tinha gravado, tive que correr e anotar tudo. A preciosidade dos detalhes me impressionou. Aquela senhora de vestes tão coloridas quanto sujas, com apenas os quatro dentes da frente na boca e uns outros poucos de ouro, falava com a boca cheia e os olhos vibrando de entusiasmo, movia-se toda para me mostrar o tamanho da caminhonete adquirida enquanto as pulseiras se mexiam e cantavam em seus braços.

Ela silenciou repentinamente e abaixou os olhos dizendo: *"É... mas nosso dinheiro não vale como o de vocês. Não tratam a gente como vocês"*.

Fátima acrescentou que

...existe muita perseguição com os do nosso povo ... a polícia, as pessoas... A gente não é esses de rua, mendigo, a gente tem dinheiro, mas a polícia vem e bate, quando tá acampado num lugar livre, vem à noite, manda embora, bate, quebra as coisas. Num iam fazer isso com gente de vocês que tivesse o dinheiro que a gente tem".

Percebo que elas nunca se referem a si mesmas como ciganas, a não ser que estejam falando de como os outros as tratam. Fátima comenta:

A gente se conhece pelos sobrenomes, se separa pelas famílias, pelos sobrenomes. Quando casa vem pra família do marido, cigano são vocês que chamam... É que nem chamar de preto... Eu num posso olhar pra um preto e dizer "oh, seu preto" que vou presa, porque então podem olhar pra mim e dizer "oh, cigana"? Porque a lei é diferente pra mim?

A conversa terminou com a chegada do ônibus delas, iriam para S. e depois para J. Ainda consegui questionar por que dormiam nas ruas se tinham casa e Maria respondeu: *"É que o pé coça... Chega uma hora que não aguento mais parede. É hora de andar, o pé coça"*.

Rio (2000), pseudônimo adotado por Paulo Barreto (1881-1921), nos fornece em seu capítulo "O que se vê nas ruas: pequenas profissões", do livro *A alma encantadora das ruas*, a narrativa de um episódio no qual o condutor de uma pequena embarcação é convencido por um homem, a quem o autor chama de "cigano", a comprar um par de calças e um anel. Descreve a astúcia do cigano, sua habilidade em convencer o barqueiro das vantagens em adquirir os produtos passando imediatamente a falar de suas dificuldades financeiras, dos filhos pequenos e de sua situação de fome, diante da possibilidade de negativa do outro.

Assim, em sua narrativa, suspeita-se que o "cigano", ainda que se reconheça o seu fazer cotidiano como uma profissão própria à rua, tenha roubado os produtos que ofertava. Saliencia-se, no entanto, sua esperteza, sua

habilidade retórica e, ao final, desculpa-se sua conduta quase imoral por atribuí-la aos descaminhos da miséria e da fome:

– Oh! meu amigo, a moral é uma questão de ponto de vista. Aquele cigano faz parte de um exército de infelizes, a que as condições da vida ou do próprio temperamento, a fatalidade, enfim, arrasta muita gente. (Rio, 2000, p. 21)

O autor condensa, nessa passagem, o pensamento popular acerca dessa figura tão comum ao universo das ruas a quem são atribuídas qualidades próprias às aves de rapina e que têm seu modo de vida e suas pretensas faltas morais associadas à ignorância e à miséria.

Após algumas semanas de incursões eu estava incomodada. Já havia conversado com muitas pessoas e colhido relatos, mas a conversa era superficial e muito entrecortada pelo ritmo da chegada e saída dos ônibus. Apesar da riqueza dos personagens surgidos até então, afligia-me a passagem sempre muito apressada dos trecheiros. Ao optar pelo terminal, devido à sua característica de lugar de “passagem”, não me dei conta da fugacidade dos encontros e interações. A rotina ali também era de circularidade constante, um lugar que reunia familiaridade (por concentrar pessoas que fazem uso constante dos serviços ali prestados e encontram-se uns com os outros, cotidianamente, nos mesmos horários) e também impessoalidade, pressa, indiferenciação. Sentia-me como uma espectadora que conseguia apenas ter ideia do palco, do pano de fundo. O personagem principal, no entanto, era escorregadio, demorava a aparecer.

Foi quando me sentei ao lado de um senhor negro, vestido com um terno preto surrado, com uma infinidade de sacolas plásticas amarradas por cima do terno junto ao corpo. Carregava consigo duas “malas” de sacolinhas plásticas que representavam dois grandes volumes, aparentemente desajeitados para carregar, mas não aparentavam pesar muito. Tentei saber o nome dele. Em resposta, começou a relatar que estava dormindo em uma praça. Certa feita, quando havia ido buscar um café, encontrou, ao voltar, dois moleques que mexiam em suas coisas. Eles reviraram uma marmita que havia ganhado na noite anterior. Em seguida acrescentou: “*Os moleques mijaram nas minhas coisas, rasgaram e catarraram*”. Todas as vezes que eu intervinha para tentar saber seu nome ou aclarar algum ponto do relato, ele retomava o mesmo episódio; cada vez com mais ênfase aos detalhes escatológicos. O episódio, vivido, revivido, imaginado ou aumentado, fazia-lhe sofrer imensamente, estava revoltado e não havia os clássicos indícios de uso de álcool ou outras drogas.

Aproximei-me daquele homem intrigada pelo traje: terno e sacolas plásticas. Pretendia entender o significado daquela figura vestida, emoldurada em plástico. Continuei com minhas indagações, pois não consegui nenhuma resposta dele nesse sentido.

Mas essa figura insólita acabou fornecendo-me uma informação de grande valia. Quando já ia me levantar, perguntei-lhe por que não havia ninguém pedindo dinheiro ou dormindo no terminal, e ele me respondeu:

Porque a polícia bate e “põe pra andar”. Não pode ficar andando ou sentado em turma na rodoviária ... No começo, dormia aqui, pois podia deitar no banco já que a rodoviária é bem iluminada e tem gente de olho a noite toda, apesar dos nórias.

Contou ainda que naquele momento pernoitava em uma praça, sentado no banco e abraçado ao amontoado de sacolas, uma em cada lado do corpo para que ninguém mexesse, “*com um olho aberto e o outro fechado, dona. Mas na noite passada...*” E recomeçou a contar o episódio dos garotos que mexeram em suas coisas.

Diante da confirmação da ordem municipal de não permanência de PSR no terminal, resolvo mudar minha estratégia, passando a percorrer o trajeto descrito por todo aquele que pretenda entrar na cidade vindo da principal rodovia de acesso e em sentido ao centro comercial. Passo a concentrar minhas atenções especialmente em duas praças localizadas no centro do município, chamadas pelos populares de “praças da música” por possuírem alto-falantes que tocam música e divulgam informes ao longo do dia todo. Há ainda, nesse trajeto, uma terceira praça, a primeira que se encontra partindo-se da rodoviária, chamada de “praça do peixe” por ter em seu centro um espelho d’água com carpas coloridas. Para tentar acessar a circularidade ininterrupta tive eu que andar também.

No primeiro dia, permaneci andando pela praça maior, que era também a mais movimentada. Nela, como já citado, alguns alto-falantes a gritar músicas populares durante toda a tarde. Ao redor, um variado comércio e agências bancárias. Passo os olhos ao longo da praça e procuro familiarizar-me com o burburinho, o cheiro de bacon vindo dos pequenos boxes de lanches, os

refrigerantes e o coco gelado. Próximo, um boxe com CDs e DVDs “genéricos”, para empregar a expressão que um dos fregueses utilizou para referir-se aos produtos pirateados.

Aposentados conversando nos bancos, vendedores de sorvete. Crianças correndo em direção à outrora bonita fonte, agora seca, no centro da praça. Sobem e descem as escadas do coreto. Noto ainda alguns rapazes, aparentemente bem jovens, recém-saídos da adolescência, perambulando pela praça e, vez por outra, entrando no banheiro público em companhia de outros homens. Discreta e repetidas vezes. Mesmos jovens, novos acompanhantes.

Permaneço como quem “admira o caleidoscópio da vida no epítome delirante que é a rua” (Rio, 2000, p. 20). Procurando apreender e compreender os inúmeros e distintos elementos dispostos naquele tão complexo quadro.

Em uma das extremidades da praça avistei um grupo de hare krishnas, formado por três rapazes e uma moça. Assim que me aproximei, um deles me abordou oferecendo livros sobre a cultura hindu, os ensinamentos que seguem e também sobre culinária vegetariana.

Enquanto folheio os livros, explico minha pesquisa e peço para gravar nossa conversa, ele consente sorrindo. Dario tem 22 anos, é um jovem loiro, com olhos verdes, veste-se com as roupas típicas de seu grupo impecavelmente limpas e mantém os cabelos raspados deixando apenas uma mecha comprida na parte de trás da cabeça. Explica-me que ainda é um devoto não iniciado, o que significa que não é obrigado a seguir rigidamente os preceitos, embora procure segui-los, pois pretende iniciar-se em breve. Os principais preceitos seriam seguir dieta vegetariana, não praticar sexo fora do

casamento ou que não se destine à procriação e não fazer uso de álcool e outras drogas.

O jovem era argentino, de Córdoba, expressava-se num portunhol arrastado, dificultado imensamente por sua gagueira. Ele utilizou termos específicos para nomear suas largas vestes de cor de linho cru e a única mecha de cabelo que possuía, mas eu simplesmente não entendi, nem mesmo ouvindo o áudio da conversa muitas e muitas vezes. Para compreendê-lo foi-me necessário manter os olhos fixamente em seu rosto, quase à semelhança de leitura de lábios, procurando complementar o entendimento interpretando os gestos feitos com as mãos.

Contou-me que fora uma criança e um adolescente *“normais”*, que vivera com os pais na Argentina até dois anos antes, quando se mudaram para Santa Catarina. Lá conheceu um grupo Hare Krishna e passou a seguir os preceitos, pois *“acalmou minha mente e meu coração”*. Os pais se opuseram, mas não o impediram de seguir sua vontade. Afirmou que andam pelas cidades divulgando os ensinamentos de Krishna (divindade hindu que cultuam). Os gastos do grupo são pagos pelos livros vendidos e, quando não conseguem vender, dormem nas ruas, mas também procuram abrigo nos diversos templos espalhados por todo o Brasil.

Quando pergunto sobre a convivência deles com PSR e, mais especificamente, com os trecheiros, responde que são pessoas vencidas pelos vícios, que devem ser solidários a elas e tentar mostrar-lhes o que chama de *“o caminho”*, mas não devem permanecer em sua companhia, pois isso poderia *“desviar do caminho”*. Considera sua permanência nas ruas uma espécie de

missão de fé, diferente daqueles que vão para as ruas por apego aos vícios e pela miséria. Além disso, os Hare Krishnas procuram manter o corpo sempre saudável e a higiene é fundamental para isso. Devem banhar-se todos os dias, preferencialmente pela manhã ao acordar.

Escolhi um livreto intitulado *Guerreiro Espiritual I: desvelando verdades espirituais em fenômenos psíquicos*, de B.T. Swami, especialmente pelos temas abordados, que são caros à Psicologia, e dispostos em subtítulos como: “Sonhos: um estado de realidade (o corpo, o corpo astral e a alma)”, “Fogo e enxofre, chifres e rabos (por que coisas ruins acontecem com pessoas boas?)”, “Intrusão Psíquica (Seus pensamentos são Seus?, Técnicas para Defesa e Fortificação Psíquica)”. Perguntei o preço e ele respondeu que eu deveria pagar o que achasse justo. Tentei entender que critério poderia usar para ser justa, questionando sobre a origem dos livros e o preço que pagavam por eles. Respondia apenas: “*Pagamos o preço do custo*”. Quando tentei entender melhor como funcionava, como os livros chegavam até eles, a gagueira piorou, impossibilitando a conversa. Comecei a achar aquela gagueira bastante providencial. Dei-me conta que ela aumentou em todos os momentos que ele parecia não querer responder. Acabei pagando R\$ 10,0 pelo livro. Uma chuva fina e abundante passou a cair, o que fez com que nos despedíssemos e eu tivesse que me abrigar no toldo de uma loja.

3.1 “Não é fácil, mas a gente ganha o pro dia”

Outro fator que chama a atenção nas duas “praças da música” é o arranjo de convivência tolerante que existe entre comércio formal e informal. Os já descritos pequenos boxes de alvenaria dispostos nas praças foram uma tentativa da prefeitura de formalizar o antigo comércio informal que vinha crescendo sem qualquer regulação e dificultando o trânsito de pessoas. As barraquinhas e carrinhos de comida foram dispostos nesses boxes e as de produtos “*made in China*” foram transferidas para uma espécie de galeria que fica num ponto mais distante do centro comercial, mas que constitui um local confortável, onde os boxes são dispostos frente a frente num longo corredor e que dispõe ainda de uma praça de alimentação. Dessa forma, os antigos ambulantes e camelôs tornaram-se comerciantes formais.

Apesar dessa iniciativa, tolera-se ainda uma grande circulação de vendedores ambulantes na praça, desde que não fixem o ponto ali. Acabam improvisando a venda de suas mercadorias no chão, sob panos ou armações desmontáveis.

Arnaldo foi um desses muitos vendedores. Baixo, pele muito queimada pelo sol, trajava bermudas, camiseta regata e chinelos. Disse ter 42 anos e ter vindo da Bahia. Conversei com ele enquanto ajeitava uma placa de isopor que lhe servia como suporte em que estavam dispostos muitos e diferentes tipos de

óculos de sol. Falou que comprava os óculos na rua 25 de março³, por cerca de R\$ 5,00, dependendo do modelo: *“Se conseguir comprar bastante sai mais barato”*. Ele mesmo estava usando um dos modelos, armação azul e lentes de um alaranjado espelhado.

Falava comigo enquanto oferecia sua mercadoria e vez por outra segurava alguém pelo braço para que parasse e olhasse seus produtos que custavam entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00, para o consumidor final.

Pergunto sobre a qualidade dos óculos e ele diz que o plástico é bom, durável. Explico que me referia à lente e à sua capacidade de proteger os olhos do sol. Pareceu surpreso com a pergunta, tirou seus óculos, olhou fazendo cara de quem procurava algo, pegou um dos óculos novos e então exclamou parecendo feliz:

É isso, não é? (apontava um pequeno selo grudado nos óculos onde se liam os dizeres: Raios UVA/UVB.) Disso que você tá falando, né? Tá aqui, oh, tem sim isso aí. Quer dizer que meus óculos é bão, bão mesmo! É de plástico do bão! Eles são pirata, mas são bem feito!

Imediatamente passou a gritar: *“Meus óculos aqui, que além de chique protegem de verdade! Selo garantido!”*

Arnaldo relatou sua migração quando, 10 anos antes, saíra da Bahia em direção a São Paulo. Pretendia trazer a esposa e os dois filhos:

Fui trabalhar em construção, peão de construção, achei o dinheiro, um dinheirão. Depois entendi que as coisas era mais cara, e era um frio, eu a noite gelava os

³ Mais importante rua de comércio popular da cidade de São Paulo.

ossos, ganhava dinheiro mais que lá (refere-se à Bahia), mas gastava mais que lá também. Eu mandava dinheiro pros moleques, o dinheiro meu, pouco aqui era grande lá, a mulher não entendia. Começou achar que eu tava com história, que tinha outra e não queria trazer ela. Eu trabalhando de lá e de cá, que nem condenado e ela era só briga, até por carta era briga. Foi que foi que ela ficou lá com eles dois, agora tá um com dezessete e o outro com quinze, e eu fiquei pra cá.

Arnaldo contou ainda que acabou abandonando a construção civil depois de uns três anos por problemas na coluna. Sentia muitas dores e não conseguia carregar peso. De lá para cá já vendeu de tudo: algodão doce, tapetes, guardanapos e redes, produtos comprados em São Paulo e revendidos pelas ruas da capital e do interior.

Não é fácil, mas a gente ganha o pro dia, pra dormir numa pensãozinha, num mocó, pra um lanche, uma coxinha. Uma cerveja no fim do dia, tomar um banho, tem coisa melhor? Mas já passei muito apertado. Tem cidade que a polícia toma as mercadorias. Isso tá bem sério agora, não pode e não pode vender sem ser autorizado nas cidades. Quando toma as mercadoria não tem jeito, é dormir na rua, já cheguei ter que pedir dinheiro, mas é assim. A gente ganha e perde e vai levando.

Pode-se encontrar na trajetória de Arnaldo o que Castel (2004) chama de “instalação na precariedade”, ou ainda de “a cultura do aleatório”, na qual as pessoas alternam momentos de desemprego, trabalho eventuais, trabalho remunerado e bicos. A principal característica dessa cultura, que parece encaixar-se perfeitamente na história de Arnaldo, é uma busca de vivência para o dia, de subsistência para o momento presente, sem esperanças ou garantias de seguridade.

Quando terminei a conversa com Arnaldo e estava indo embora, passei por um rapaz que me pegou pelo braço: *“Moça, quero te mostrar os perfumes que estou vendendo! Veja, você é uma mulher poderosa?”* Não entendi direito. Estava pensando na conversa que acabara de ter com Arnaldo e o rapaz insistia: *“Responde: você é uma mulher poderosa?”* Respondi que não e ele ficou impaciente. Segurou meu braço e disse: *“Vou perguntar de novo. Você é uma mulher poderosa, não é?”* Digo, sem outra opção, que sim. Ele, com uma simpatia espontaneamente ensaiada, entoou:

Pois então, eu tenho aqui nosso maravilhoso perfume, na nossa loja, no shopping X, custa R\$ 45,00, mas estou aqui fazendo uma promoção por apenas R\$ 19,00 e você ainda leva a miniatura da loção cremosa!

Em uma das mãos ele tinha uma sacolinha preta e na outra um frasco de perfume em tom violeta no qual se podia ler *“Poderosa”*. Ofereceu-se para passar a loção na minha mão. Diante da minha negativa, agarrou meu braço, impaciente. *“Dá aqui esse braço. Eu quero que você passe”*, disse rilhando os dentes e lambuzando minha mão com um creme de odor adocicado e textura oleosa. Ele não foi agressivo, mas parecia aflito diante de minhas negativas. Se eu não desse a resposta exata, parecia que não sabia como continuar a conversa e se apavorava.

Sentei-me no banco da praça próximo a ele e fiquei observando e conversando. Fred tinha 20 anos, estava de calça preta social e camisa branca de mangas curtas. A roupa, um tanto justa, marcava o corpo acima do peso, a camisa estava limpa, mas o tecido, provavelmente sintético, não absorvia direito o suor e, então, apareciam-lhe rodela suarentas nas axilas. A figura

final era algo como um vendedor de loja um tanto quanto caricato com seu topete e gel nos cabelos.

Ele abordava as moças e senhoras que passavam sempre com a mesma pergunta: *“Você é uma mulher poderosa?”* Enquanto estive observando, todas as abordadas responderam que sim e ele dava sequência à tentativa de venda, sempre apresentando o perfume e em seguida passando a loção cremosa. Repetindo tudo, frase a frase, muitas e muitas vezes.

Entre uma abordagem e outra, contou-me que recebe 30% de comissão do produto vendido. Ele compra o produto para poder vender e aí retira sua parte das vendas efetivadas. O sistema pareceu-me cruel, porque o lucro da suposta loja era garantido e o dele não. Só ali naquela hora havia três rapazes vendendo; o risco de ter que arcar com os custos do produto fica inteiramente sob a responsabilidade do vendedor.

Fred estava entusiasmado com o sistema de bonificações proposto pela empresa que lhe fornecia os perfumes, baseado em cotas de venda: *“Só depende de você. Você faz seu horário. Se você se esforçar vai indo, vai indo até ser vendedor diamante”*. Pelo que entendi, trata-se de uma pequena empresa que tenta reproduzir a lógica das grandes companhias de cosméticos, distribuindo seus produtos a vendedores com os quais não firma vínculo empregatício e oferece promoções para estimular a aquisição de mais e mais produtos.

Comento sobre o calor e ele responde que é duro trabalhar de camisa, mas que deve apresentar-se daquela forma porque recebera treinamento antes

de fazer as vendas e sabia que a imagem do vendedor é muito importante. Noto que os outros rapazes também estão de camisa branca e calça preta.

Fred relata sua dificuldade para manter-se alinhado por ter apenas duas camisas e pernoitar sempre em pequenas pensões, de cidade em cidade. Assim, enquanto uma está no corpo, a outra está para secar. Quando chega ao quarto para dormir, não pode se esquecer de lavar a que usou durante o dia para dar sequência. A calça facilita por ser preta.

Fiquei estarelecida com o relato e o entusiasmo dele. Aquele rapaz tão jovem, em condições precárias e instáveis, faz parte de um extrato populacional que se encontra muito perto da situação de rua, e, ao mesmo tempo, têm de se haver com exigências próprias a um padrão estético das camadas sociais de maior poder aquisitivo. O resultado é um arremedo, é um rapaz que já de antemão interiorizou que, caso fracasse, é por falta de esforço. Durante os trinta minutos em que o acompanhei, Fred não efetivou nenhuma venda.

Os dois vendedores, Arnaldo e Fred, podem ser enquadrados no que Castel (1997) conceitua como “zona de exclusão” (p. 20), situada no processo de marginalização social antes do que o autor chama de “a grande exclusão final” (p. 20), ou seja, essas pessoas podem ser identificadas, em termos econômicos, como pobres e/ou miseráveis, mas ainda se equilibram sobre uma tênue fronteira que as separa da total inatividade social. São pessoas que mantêm sua subsistência por meio de trabalhos informais, precarizados, sem qualquer tipo de vínculo que lhes ampare em caso de doença ou outra

impossibilidade de trabalhar. Segundo o autor estas pessoas se encontram em um processo gradual rumo à marginalização completa, nas palavras dele:

A grande marginalidade apresenta-se, assim, ao fim de um percurso.

Esta zona de exclusão ou de quase exclusão é alimentada tanto por marginais propriamente ditos como por aqueles que estão ameaçados, instáveis, frágeis, correndo o risco de cair na marginalidade. (Castel,1997, p.20)

O autor pondera que, apesar da questão econômica embasar a grande maioria das situações de marginalização, considerá-las apenas a partir do viés econômico leva à dificuldade do estabelecimento de critérios que definam seguramente quem são as pessoas que necessitam de amparo. Dessa forma, aponta a existência do que chama de “indigência integrada que não é marginalidade”, ou seja, pessoas que, apesar de viverem em severas condições materiais, no “patamar da pobreza” mantêm a rede de apoio familiar e/ou comunitária coesa, integrada, o que evita que venham a desenvolver outros problema advindos da miséria e mantenham-se autônomos.(Castel, 1997, p.20-21) Nesse caso podemos enquadrar, por exemplo, Pedro, apresentado no início da discussão dos dados. Pedro, ainda que estivesse no terminal rodoviário catando latas de alumínio nos lixos, mantinha os vínculos familiares intactos, o que lhe conferia significativa diferença situacional em comparação a outras personagens encontradas.

Fred, o rapaz entrevistado, não fala sobre sua família ou amigos, logo não se pode afirmar categoricamente que tenha os vínculos familiares desfeitos, mas seu completo silêncio a este respeito também me parece significativo.

Muitas outras atividades informais podem ser encontradas nas ruas, sobre algumas delas nos falamos os narradores aqui apresentados. Téo, que será devidamente apresentado mais adiante, fala de um sentimento próprio àqueles que vivem e trabalham nas ruas, a vergonha, despertada e/ou por eles próprios sentida:

Quando estou em L., a mãe pede pra eu não fazer o que eu faço (malabares e venda de artesanato). Aí eu vou longe de casa, saio sem dizer que vou fazer e ela finge que não sabe. Se algum conhecido fala que me viu, ela diz que sente vergonha. Pra ela eu tinha que morar com eles e voltar a ser garçom. Ela não entende porque alguém que tem família dorme e trabalha na rua. Ela fala de como eu ia trabalhar bonito, de calça e camisa bem passada, mas ela não via que eu voltava fedendo a cigarro e gordura, tudo zuado. Mas mãe é mãe, tadinha. Ela chora. Só quer o que acha que é bem pra mim.

Fala-nos Israel dos períodos em que se manteve fixo na cidade:

...no meu caso eu olhava carro, eu olhava carro no shopping (como flanelinha), à noite eu olhava na P. (lanchonete local) e no P., na lanchonete do P. Nunca faltou a vontade né? Estava as pessoas, eu olhava o carro, eu ia pegando amizade. Aí eles me conheciam já, não precisava nem pedir pra olhar o carro. Tinha outros que estavam olhando carro: “Não, aquele lá.” Eu, como sou um cara muito comunicativo, eu pego amizade fácil com as pessoas... Tem muita gente aí que, até hoje, vê eu na rua e “Ué, você parou de olhar o carro lá? Não vi mais você lá”. Você ganha assim de certas pessoas e, no olho de outras pessoas, você é um vagabundo, um trapo.

E acrescenta Erasmo:

Eu tive carrinho de papelão também. No começo era difícil, dava uma vergonha, principalmente na “praça da música”, ali onde fica o ponto de ônibus, porque sempre tinha gente que me conhecia... Eu não passava pelo ponto do ônibus, eu dava a volta, de vergonha.

Tanto Téo quanto Israel e Erasmo nos trazem a vivência e os sentimentos ambivalentes quanto ao trabalho. Nas palavras de Téo, o lugar de pertencimento social propiciado pelo trabalho formal, ainda que nas funções menos qualificadas, e a vergonha de sua mãe por sua atual atividade. Nas palavras de Israel e Erasmo, a ambivalência das funções socialmente desqualificadas expressas nas díades: orgulho/vergonha, reconhecimento/não reconhecimento social, trabalhador/vagabundo, visível/invisível.

Sawaia (2002) pontua que a decisão de incluir os sentimentos como uma categoria de análise contribui para que se possa:

...colocar no centro das reflexões sobre exclusão, a ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (...) de forma que , ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais. (Sawaia, 2002, p. 98)

Mais adiante, a autora afirma que, quando fala-se de sentimentos, realizamos a junção entre corpo e mente, pois é no corpo que se presentificam os afetos e é nele que se fazem sentidos. Fala-nos especificamente sobre a vergonha:

A vergonha e a culpa são apresentadas como sentimentos morais generativos e ideologizados com a função de manter a ordem social excludente, de forma que a vergonha das pessoas e a exploração social constituem as duas faces de uma mesma questão. (Sawaia, 2002, p.102)

A autora aponta ainda as emoções como construídas historicamente e em constante constituição. A vergonha seria uma emoção essencialmente social, pois é sentida tão somente a partir do temor do olhar de reprovação do outro, da dor de ser socialmente tratado com desprezo, indiferença, repúdio, escárnio. Finaliza ela apontando que a vergonha se inscreve de tal forma no corpo que é possível “morrer de vergonha”. (Sawaia, 2002)

Um dos aspectos imediatamente relacionados à vergonha e à reprovação social é a questão da higiene corporal. Sobre esse assunto nos fala Israel:

Que nem... A gente pra fazer uma higiene, tomar um banho, tudo, o único lugar é o C.E. (instituição esportiva municipal destinada aos trabalhadores) Então... eu vou falar a verdade. Teve vez que proibiram de tomar banho lá, teve vez de eu ficar quase um mês sem tomar banho, que eu não tenho lugar, olha era lavar os braços e o rosto de manhã.

Téo fala a respeito da higiene pessoal:

Às vezes a gente fica um dia sem tomar banho, não tem onde e aí fica, mas nos outros dez a gente acaba arrumando um canto, uma torneira, uma mangueira numa praça, pelo menos pra lavar o rosto e os braços.

Nesse momento é interrompido por Martín, que diz rindo:

Não mente pra moça, Téo. É bem o contrário: ficamos dez dias sem tomar banho e conseguimos algum lugar em um. Às vezes dormimos até no mato, ficamos sujos de lama, não tem onde lavar roupa, nem escovar os dentes.

Estas falas remeteram-me imediatamente a Israel, pois ele se referira também a lavar apenas o rosto e os braços. Pareceu-me que essas falas ligavam-se à necessidade de adequar-se um pouco ao padrão de higiene social, pois se procurava lavar as partes do corpo que ficariam expostas ao olhar dos outros.

3.2. “ A rua é muito sofrida, mas em compensação tem boas coisas”.

Oh! sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue...

João do Rio

Paralelamente às idas e vindas nas ruas e praças, visitei por duas vezes uma instituição local que atende pessoas em situação de rua e conversei com alguns homens que já tiveram suas vidas mediadas pela rua, um deles identificou-se como trecheiro.

Encontrei Israel suado após uma manhã de lida em uma chácara vizinha. Havia capinado uma grande área do terreno e receberia R\$ 15,00 pelo dia de serviço. Tinha 50 anos, *“põe aí, 51 em agosto”*, como ressaltou,

divorciado, quatro filhos, três meninos e uma menina. Iniciou seu relato falando das dificuldades e das vantagens da vida nas ruas:

A rua é muito sofrida, mas em compensação tem boas coisas. Você encontra muita gente boa que ajuda a gente e a rua você não tem lugar pra você dormir. Tem dia que você almoça, tem dia que você fica sem comer, então é. E o álcool é o que faz a gente ficar na rua, se não tiver o álcool... O álcool faz a gente... a gente precisa pra dormir, pra gente se livrar do frio ... Não tem como, a gente tem que pedir mesmo, tem que livrar a cara e pedir, e eu sou, minha família são tudo bem situado ... Comecei a beber demais e saí pra rua. Fiquei doze anos na rua, já vim aqui três vezes (instituição de atendimento), essa aqui é a quarta que eu estou aqui, e aqui é um espaço que me ajudou muito eu. Na rua eu sofri demais, já fui agredido, já fui roubado várias vezes, e polícia... Às vezes você tá deitado num cantinho e chega polícia e toca você dali e você tem que procurar outro e você passa fome, você não tem um lugar pra fazer higiene pessoal, pra tomar um banho e então a vida é difícil mas a pessoa sai na rua e aprendeu tudo da rua, ele vicia.

Conversei também com Erasmo, apelido pelo qual Alberto, 60 anos, é conhecido na cidade e que se identifica como trecheiro. Estava na instituição pela quarta vez, havia cerca de um mês e meio, após permanecer por três meses no trecho. Falou da perda de sua mãe e a vida nas ruas:

O que complicou mais a minha vida foi uma que minha mãe morreu e outra que complicou mais foi que eu conheci os caras da rua. Eu não sabia pedir nem um cigarro pra ninguém e fui aprendendo porque depois nós (ele e mais oito colegas da rua) fomos morar num gramado, embaixo das árvores, e cada um tinha uma namorada. Aquele tempo tinha muito trecheiro, tinha muito trecheiro pra rua, demais. O trecheiro mesmo, ele não fica na cidade, ele não fica dois, três dias, some, vai pra outra. O trecheiro, o andarilho. Agora o morador de rua, eles falam pardal, é pardal porque não sai da cidade. Quando é 14h30, 15 horas é que vai pedir comida, porque essa hora (por volta de 12:00 horas), os restaurantes é pros fregueses, né, quando é umas 15 horas já não tem movimento. Mas só que não é todos os restaurantes que dá mais. Tinha um tempo que nós pegava na delegacia, quando tinham as mulheres (cadeia feminina municipal, agora desativada), dava

de oito, seis marmitta cada um.

Sempre tem uma mochila, ali tem biritá, uma roupa, uma coberta.

Eu há uns 30 anos atrás, não chega a trinta, não sabia pedir, aí conheci a moça, ela perguntou se eu morava na rua e eu falei que ia ficar lá com eles e ela disse: “com essa sua roupa aí não dá”. Eu pergunte por que e ela disse: “Olha essa sua roupa aí, seu sapato como que é, como que você vai pedir uma comida?” Porque eu andava tudo cheio de querer, sabe... E ela disse: “Você tá vendo todo mundo aí oh, tudo simples, de chinelo de dedo, uma bermuda meio zuada”.

Eu fui pedir dinheiro com essa namorada numa casa, mas eu tinha vergonha e ela disse: “Ou você pede, ou rouba ou morre de fome, uma rua tem muitas casas, se dez não dá uma outra dá”. Aí um trecho que estava com a gente disse, você sabe o que tem que fazer? Beber, beber pra pedir. E nós comprava garrafa, gorotinho (vasilhame de plástico com volume de 500 ml de cachaça) então nós tomava, tomava, já de manhã mesmo.

A fala de Erasmo também encontra eco nas afirmações de Moura (1998) a respeito da humilhação que faz parte do cotidiano das pessoas mais pobres. Segundo o autor:

A humilhação é uma modalidade de angústia que se dispara a partir do enigma da desigualdade de classes. Angústia que os pobres conhecem bem e que, entre eles, inscreve-se no núcleo de sua submissão. Os pobres sofrem freqüentemente o impacto dos maus tratos. Psicologicamente, sofrem continuamente o impacto de uma mensagem estranha, misteriosa: "vocês são inferiores". E, o que é profundamente grave: a mensagem passa a ser esperada, mesmo nas circunstâncias em que, para nós outros, observadores externos, não pareceria razoável esperá-la. Para os pobres, a humilhação ou é uma realidade em ato ou é freqüentemente sentida como uma realidade iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam. O sentimento de não possuírem direitos, de parecerem desprezíveis e repugnantes, torna-se-lhes compulsivo: movem-se e falam, quando falam, como seres que ninguém vê. (Moura, 1998)

Erasmo esclareceu que havia começado passando algum tempo nas

ruas para não ficar em casa com os irmãos com os quais brigava sempre. Conheceu pessoas, fizera amizades e o tempo de permanência fora de casa fora pouco a pouco aumentando. Trabalhava em São Paulo como encanador e quando vinha para a cidade ficava nas ruas e praças.

Diz que na época usava cabelos compridos e *“aquelas roupas meia gozada* (ri, referindo-se às calças boca de sino), *nos modos que eu usava em São Paulo eu usava aqui”*. Acrescenta que em São Paulo é conhecido como Boca; em outros trechos, como Caboclo, por seu cabelo preto, liso e comprido.

Erasmus é extremamente vaidoso, apresenta-se com os cabelos e o volumoso bigode impecáveis, nas mãos muitos anéis e pulseiras. Fala com saudades dos cabelos antes compridos, que chegavam até a cintura, tinha seu trabalho e podia cuidá-los com cremes. Relata ele:

... porque naquele tempo eu tinha meu trabalho, tinha meu dinheiro, só num lugar na M. trabalhei uns quinze anos, empregado, mas bem dizer por conta, porque não era registrado. Eu trabalhei em muitos lugares, firma, tive oficina minha, eu mais um outro rapaz que tomava conta. Mas depois que bloqueou aquele dinheiro (refere-se ao chamado plano Collor que entrou em vigor em 1990 e bloqueou as poupanças de todos os brasileiros), eu tive que fechar. Nós, como pagava aluguel ... Meu pai tomava conta, então tinha um outro rapaz que era, ele era encanador, eu como encanador, meu irmão era ajudante, nós tinha mais uns quatro ajudante. Mais nós não se ligava como patrão não, onde a gente almoçava todo mundo almoçava também.

Depois, meu pai construiu aqui na Av. X e eu continuei trabalhando em São Paulo ... Se fossem todos vivos eríamos em 18 irmãos, eu sou o mais velho. Como nós eríamos em muitos irmãos, eu precisei trabalhar logo, ajudar meu pai, fiz até o terceiro ano primário só. Daí eu comecei a trabalhar, foi numa agência de carro, ficar limpando carro, tomar conta, nem lembro o que ganhava, mas era uma merreca que olha. Comecei a trabalhar com uns 13 anos, trabalhava todo dia e depois quando voltava pra casa tinha o Mobral . Aí entrei no Mobral, mas eu não aguentei a barra, porque eu tinha que chegar do trabalho e ir pra escola. Eu

trabalhava na A.R. e morava na M (dois bairros distantes entre si). Tinha dia que não tinha dinheiro nem pra pegar condução e tinha que ir a pé e às vezes não tinha nem a marmita, era muita criança e ... todo ano nós tinha um irmãozinho novo. E agora o único que ficou na pior fui eu, e foi por culpa minha mesmo.

Erasmus, após descrever uma vida de dificuldades e privações, finaliza culpando-se por sua atual situação. Sobre como o moço trabalhador e vaidoso de São Paulo foi parar na rua, diz ele:

Isso aí é uma sina. Isso aí até eu não entendo ...A minha vida nem eu não entendo. Trabalhar eu sempre trabalhei, se eu fico aqui dentro só, eu fico encabulado. Não sei se você reparou que está tudo ali carpido a rua. Eu carpo tudo!

A concepção da vida no trecho como “uma sina” pode ser encontrada no relato apresentado por Brognoli (1999) no qual um trecheiro afirma que foi para a rua por conta de um feitiço lançado por sua mãe que depositara nele um “Exu andarilho” e fadara-o à errância. Em última análise parece dizer de um sentimento de quem não sabe ao certo como se deu seu processo de realização e termina por encontrar no sobrenatural, no destino, em um, talvez, propósito divino, elementos que confirmam coerência à sua trajetória de vida.

Paugam (2003) fornece elementos para a compreensão da necessidade de Erasmus de manter-se ocupado ao revelar que a expulsão do mercado de trabalho fere diretamente a honra dos sujeitos pertencentes às classes mais pobres. O não trabalho é então experimentado como humilhação e a dependência da assistência é como um selo de formalização da incapacidade de manter-se por si. Por isso, o apego ao trabalho é constantemente identificado nessas populações.

Erasmus apresenta uma série de justificativas do porquê é culpado por sua situação. Conta-nos de sua juventude e pode-se ver que ele se afirma como trabalhador, mas sua relação com o trabalho não é de busca de acumulação ou estabilidade, mas de um trabalho que lhe permita dinheiro suficiente para as necessidades imediatas. Além disso, conta as conquistas materiais dos irmãos.

Eu gostava de beber bastante. Trabalhava só que quando chegava fim de semana, eu pegava dinheiro. Os outros guardavam e eu não, eu ia pra praia. Eu gostava de ir pra praia numa sexta-feira e voltava na segunda-feira.

Eu sou o culpado de tudo o que aconteceu, porque não tem um dos meus irmãos que não tem casa, carro. Minha irmã tem um bar, tem quatro casas de aluguel.

Eu sempre fui assim na gandaia. Só praia, depois arrumei uma amante na M. (bairro da cidade), estava com uns 25 anos atrás.

Afirma-se como alcoólico e atribui a si e à vontade de beber a responsabilidade pelos atuais problemas e, em seguida, revela que sua mãe sempre bebeu, vindo a falecer de “derrame cerebral”.

Selligman-Silva (1994) afirma que boa parte dos casos de alcoolismo estão ligados à necessidade de “relaxar”, ou, também:

...uma busca de satisfação compensatória a frustrações profissionais ou à falta de prazeres acessíveis, inclusive de relacionamentos afetivos ou de oportunidades de lazer significativo. (Selligmann- Silva, 1994, p.183)

A autora pontua que o alcoolismo pode se configurar como uma maneira de anestesia da dor psíquica com vistas a uma não consciência para que se possa manter a situação então vivida. Pode manifestar-se como um

“auto-ataque”, ou um ataque ao exterior, uma forma de direcionar a agressividade que geralmente atinge a família do alcoólico.

De volta à narrativa, Erasmo conta de seu adoecimento pelo álcool para em seguida retomar sua juventude e narrar com orgulho e prazer sua primeira viagem no trecho.

Fui pro Rio de Janeiro. Eu pedi a conta da firma, trabalhava numa firma de válvula hidra de banheiro. Ele (um amigo) pediu também. Ele era motorista. Daí nós fomos pro Rio de Janeiro. Cheguei no Rio de Janeiro de paletó. Mas eu jamais pensava em entrar no trecho. Tentar no Rio de Janeiro (refere-se a conseguir trabalho), porque o Rio de Janeiro sempre teve nome, eu era muito novinho ainda.

Aí nós com o dinheiro, ao invés de nós ir procurar trabalho, arrumar uma coisa pra fazer, começamos ir pra Copacabana, tomar Pitú, Serra Grande, peixe, cheios de querer, todo dia na praia. Passou quatro dias, acabou o dinheiro, daí a fome apertou e eu não sabia pedir. Cada coisa que a gente chegava na praia e via, porque aqueles turistas sempre jogam coisas, a gente comia. O que acontece? Falei: “Mané, como a gente vai fazer na vida? A fome, a gente comendo essas coisas aí, tudo errado”. Aí nós viemos a pé, doze dias, quase que eu morri de tanta fome. Só pra subir a serra demoramos três dias. Cada vez que eu olhava pra trás eu via o Cristo ainda (a estátua do Cristo Redentor) e eu digo: “Nós vamos morrer!” e aqueles carros passando (ri), maior barato!

Erasmo rememora sua juventude contrapondo dor e prazer. Em seu discurso parece existir um quê de fala institucional, que ele incorpora ao falar de si como irresponsável, ao dar-se em voz alta o conselho que lhe daria alguém que o chama a precaver-se para o futuro, aconselhando-o a procurar emprego e guardar dinheiro para sua subsistência no Rio de Janeiro. O menino Erasmo à minha frente se ri dos conselhos e conta as dificuldades com prazer e ares de aventura.

Mas, olha, eu já sofri... Eu falava: "Mané, vamos olhar pra trás? Vê se você vê o Cristo, porque a serra era enorme". E ele falava: "Vê você". Porque ele era bem escuro (negro) e ele estava amarelo, vermelho, azul. Eu não tinha cor mais, tinha fome. A gente olhava pros carros, parecia que os carros estavam perto da gente e o carro estava lá na casa do chapéu, e aquela tontura. Se bem que água a gente achava bastante, porque a água sustenta, no morro sempre tem água, mas foi um sofrimento. Depois nós chegamos na Aparecida do Norte (cidade do interior paulista). Era tão fácil pedir uma comida lá. Então "vai você", "não, vai você", "não, vai você", "então não vai ninguém, vamos embora pra casa logo!" Daí chegamos na estrada, só que tinha bastante aquelas barraca de madeira que vende fruta e o cara viu nós pegando fruta lá do chão e falou: "Vem aqui, porque você pegou fruta do chão, está com fome?" Eu digo: "Eu estou. Eu sou de São Paulo, mas não tenho coragem de pedir". Aí ele pegou um saco, botou um monte de fruta, aí segurou a barra um pouco. Só que eu estava bem amarelo já, tudo zuado (ri com prazer e os olhos brilhando), e vamos comendo. Só que depois melhorou porque daí a cada um quilômetro tinha as barraquinhas.

O trecheiro conta também de um tempo no qual largava de um trabalho e entrava em outro, pois a qualificação profissional não era muito necessária e a experiência prática possibilitava-lhe grande mobilidade de empregos. Se não gostasse do novo emprego, esperava receber e não voltava nem para dar satisfações.

Quando passou um dia, dois, eu fui e já arrumei um trabalho, rapidinho. Eu trabalhei em metalúrgica, sapateiro. Eu sempre trabalhei como ajudante, mas como eu ficava meio encabulado eu queria aprender. Pranchador, depois trabalhei em fábrica de fio, mas sempre pouco tempo em qualquer lugar porque trabalhava um pouquinho e depois faltava, trabalhava num dia e faltava no outro. Não mandavam embora, de segunda-feira eu não ia. Três, quatro meses e mandavam embora. Não ia porque eu bebia, era barato, chegava na segunda-feira não tinha aquele ânimo.

Olha para trás com arrependimento, fala da pressão no trabalho.

Atribuiu à bebida a responsabilidade por sua constante mudança de trabalho para em seguida revelar que conseguia ficar em um mesmo emprego enquanto aprendia algo. Enquanto estava aprendendo mantinha-se curioso. Depois o tédio se instalava e vinham as faltas e a bebida. Bosi (2003) fala do tédio vivenciado na sociedade industrial que soma “horas mortas”: perdas em preenchimentos burocráticos, filas de espera dos mais diversos tipos, transportes lentos e diários, na ida e volta do trabalho e, pode-se acrescentar, no trabalho pois, também ele, muitas vezes repetitivo e mecânico, vivido como o descrito pelo mito de Sísifo que encerra o esforço e a tortura da função árdua e sem sentido, vivida como repetição *ad infinitum*.

Pode-se relacionar ainda a narrativa de Erasmo ao momento histórico presente, formado por um misto de tipos de gerenciamento do mundo do trabalho, no qual coexistem o trabalho que aparta totalmente o pensar e o fazer, este podendo ser enquadrado nas chamadas “horas mortas”, e os trabalhos que reivindicam capacidades próprias ao pensamento humano, não como forma de união entre corpo e pensamento, mas sim como forma de moldar a atenção, a criatividade e demais cognições às exigências da função (Bernardo, 2009).

No fragmento adiante, parece que a queixa interposta em sua fala aponta uma dificuldade em adequar-se a padrões exigidos no trabalho nas empresas. Erasmo sentia prazer em seu impulso em abandonar o trabalho que não lhe agradava mais e sair para se divertir, mas agora rememora externando um sentimento de inferioridade em relação a seus irmãos capazes de enquadrar-se e manter-se em trabalhos que lhes possibilitaram conseguir bens

materiais.

Eu trabalhei em São Bernardo. É isso que eu me arrependo até hoje, então... Eu fui trabalhar como ajudante de mecânico de caldeira, porque era uma firma particular que lavava roupa pra Volks (Volkswagen). Lavanderia, macacão, essas coisas. Eu fui aprendendo ver quando faltava água, quando não faltava, consertar um registro, ver quando quebrava. O homem sempre em cima pra ver se eu não fazia errado. Trabalhei um tempo e também... Eu sou que nem um desenho que tem que o cara só faz as coisas erradas, um palhaço aí, um tonto.(...) Catei latinha também, juntava latinha, um quilo, dois quilos. Um quilo dá R\$1,30, R\$1,40, tem que ser sessenta e poucas latinhas. R\$ 1,30 dá pra comprar uma garrafa (de pinga). (...) Não dá pra nada, acaba rapidão e toda hora um vai buscar outra, quando está acabando um diz: "Vou dar um peão aí ver se arrumo uma grana".

Erasmus afirma ter sido chamado recentemente para trabalhar em uma empresa mas, como estava no trecho, não pode ser localizado para comparecer à vaga. Pergunto o que ele sente sobre isso e ele parece surpreso, demora a responder e diz: *"Bom, eu não sabia quando iam me chamar, se não eu me preparava legal, mas eu... sinto, eu... me sinto culpado, sei lá. É por isso que eu gosto de fazer alguma coisa pra não estar pensando"*. Pareceu surpreso com a pergunta, sua primeira frase me pareceu mais sincera, afinal revelava alguém que não se sentia obrigado a estar constantemente preparado e à disposição de uma empresa, que podia lhe chamar ou não, angústia em que vivem milhões de pessoas em todo o mundo e da qual Erasmus parece não compartilhar. Disse em seguida sentir culpa, mas foi sem nenhuma emoção, de uma forma mecânica, como quem repete o que alguém lhe disse que deveria sentir. Pareceu-me que a necessidade de trabalhar constantemente nos afazeres braçais da instituição está atrelada a evitar não ser cobrado para que procure emprego fora.

É gozado. Com a minha idade e já trabalhei em tanto lugar, teve firma que trabalhei um mês, teve firma que trabalhei dois dias, teve firma que trabalhei uma semana, porque eu bebia que eu saia dali e, no outro dia, aquela grana que eu pegava de pedir a conta eu já gastava porque sabia que no outro dia ganhava mais. Essa fábrica de fio eles pagavam com cheque, então quando chegava nós assinava e eles davam o cheque pra todos (...) Eles davam meia hora na hora do almoço pra dar esse tempo, era atravessar a rua e trocar o cheque, eu, como outros, pegava aquele dinheiro na hora do almoço e não voltava mais não. E depois ia no outro dia trabalhar. Era legal porque eu estava com grana, ia beber cerveja.

Sua fala nos revela como o trabalho configura-se de forma particular para ele. Descreve com riqueza de detalhes suas várias funções, como aprendeu, em que cidade foi, mas quando fala de dinheiro imediatamente associa-o à bebida e às mulheres. O valor do trabalho enquanto atividade que distingue os homens honestos e os vagabundos é tal que em um fragmento anterior, já aqui descrito, afirma que era “meio alcoólatra”, porque até aquele momento trabalhava. Erasmo só reconheceria verdadeiramente ter um problema com o álcool quando este o impediu de trabalhar.

No pedaço de narrativa que segue, podemos entrever como o trabalho é utilizado para contrapor valores morais positivos e negativos:

Tem muitos aqui (na instituição) que se você falar em trabalhar chama a polícia ... Quem não tem vontade de trabalhar é só quem está no trecho que é fácil pedir porque o dinheiro não está muito fácil não mas a comida... Quando você está na rua e não tem (dinheiro) você se apavora, quando chega 18,19 horas, principalmente quando tem que dormir de quebrada, dormir em qualquer lugar, tem que ter um trago.

Vida boa era quando eu morava com meus pais em São Miguel Paulista. Tem minha irmã Maria que tem uma filha de 25 anos. Eu sou padrinho dela, eu sou

padrinho de uns quatro. Eu era gente pra caramba! Agora eu sou gente, mas sou gente devagar, em vista do que eu era, porque essa minha sobrinha, ela tem até faculdade e quando ela começou a estudar quem comprava, naquele tempo era bolsa, era caderno, caneta, quem comprava era tudo eu! Gostava muito!

Quanto a filhos diz que tem, mas nem os conhece, fruto de uma segunda viagem ao Rio de Janeiro, durante a qual permaneceu uns dois meses trabalhando como camelô, vendendo sandálias, de um modelo chamado de sandália da Wanderléia em alusão à cantora nacional que fez parte do movimento musical conhecido como “A Jovem Guarda”.

Erasmus compara as facilidades do trecho às da instituição: comida de graça, se trabalhar come, se não também come; tomar banho a hora que quer; assistir à tevê. Diz que alguns internos, às 17h30, já começam a dizer: “*Vai começar a novela*”. Considera que a televisão também vicia, “*porque, quando termina a novela, termina tão gozado que você quer ver no outro dia, e é tudo igual, a gente acostuma*”.

Erasmus conta que trabalhou por quase um ano, em uma creche como porteiro, era um trabalho de que gostava pela proximidade com as crianças (de 0 a 2 anos de idade) e durante esse período ingeria apenas cerveja sem álcool mas, com as festas de final de ano, tirou quinze dias de férias, pegou o dinheiro correspondente ao décimo terceiro salário e seu pagamento e foi para São Paulo, retornando só muito depois do prazo estabelecido pela empregadora e por isso perdeu o emprego.

Conta ainda que, numa das vezes em que ficou na rua, teve uma namorada que lhe preparou uma festa surpresa auxiliada por uma assistente social local. No meio da festa foi surpreendido por um carro de som que foi

contratado para lhe fazer uma homenagem. Ao som de Roberto Carlos, os convidados, gente do trecho como ele, deixaram-lhe mensagens de aniversário. Ele guarda o vídeo gravado naquele momento e o leva sempre consigo.

3.3 “TUDO NOVO, TODO DIA”

De volta às “praças da música”, encontrei Rosália, Gonçalo, Téo e Martín próximos ao semáforo da “praça da música” central, enquanto se preparavam para iniciar uma apresentação de malabares e outros elementos circenses. Aproximei-me deles e logo estava sentada no meio-fio conversando com Rosália enquanto ela enfaixava os dedos, *“por que abrem todos”*, mostrando-me os dedos machucados pelo atrito com os *flags* (bandeiras, em português) que gira nas mãos para realizar performances nos semáforos.

Rosália era chilena, 25 anos, uma jovem morena e bonita. Tinha um sorriso belo e largo que revelava dentes alinhados e alvos. Coursou faculdade de artes cênicas no Chile e lá era professora de teatro. Veio passar as férias no Rio de Janeiro em novembro de 2009 e lá conheceu Gonçalo, o jovem argentino de 26 anos que estava vestido de mágico e fazia malabarismo com quatro bolinhas enquanto o semáforo estava fechado.

A jovem voltou ao Chile e manteve contato com Gonçalo por e-mail. Em janeiro de 2010 ela retornou ao Brasil e, desde então, permanecem nas ruas, andando pelas cidades e sobrevivendo do dinheiro ganho com as apresentações nos semáforos e da venda dos artesanatos que ela faz. Rosália vestia uma camiseta com estampas de zebra, *legging* preta e tênis, uma roupa muito leve para a temperatura do dia gelado.

Conversei com os quatro alternadamente, enquanto se intercalavam nas apresentações em frente aos carros. Assim, por vezes, enquanto um contava algo, era interrompido por outro que dizia: “*Vai lá, é tua vez*”. De longe pareciam alegremente vestidos, mas, de perto, podia-se ver que as roupas estavam puídas e nenhum deles cheirava bem.

Rosália levanta-se do meio-fio e inicia sua apresentação estendendo a bandeira que carregava em sua mão direita, colocando a esquerda atrás das costas e flexionando os joelhos numa graciosa reverência aos carros à sua frente. Gonçalo aproxima-se de mim e sua seriedade contrasta com a roupa de mágico. Aperta minha mão num cumprimento respeitoso e senta-se a meu lado. Pergunto a ele sobre sua vida antes do trecho, ao que ele responde em bom espanhol: “*Una mierda*”.

Gonçalo, 26 anos, argentino da cidade de Buenos Aires, conta que não tem os pais, tem irmãos que vivem em sua cidade natal e com os quais não tem muito contato. Esquiva-se a fornecer mais detalhes sobre sua família e passa a narrar seu último emprego formal na Argentina.

O rapaz trabalhava numa companhia que, como empresa terceirizada, realizava reparos na rede elétrica. Demonstra raiva ao relatar seu medo em

subir grandes escadas com o que chama de “*grandes apetrechos*” nas mãos para realizar os consertos. Sentia tonturas, suava frio e os colegas de trabalho o ridicularizavam com brincadeiras pelo seu medo.

Cabe informar aqui que, com exceção de Téo, os demais se expressavam em uma espécie de “portunhol” com muito mais espanhol que português, portanto suas falas aqui transcritas foram por mim traduzidas, salvo uma ou outra expressão que considere que na tradução representaria uma perda de sentido ou de ênfase.

Assim, nas palavras de Gonçalo, por mim traduzidas, “*todo dia acordar cedo, sempre a mesma coisa. A mesma coisa, sempre sem dinheiro e trabalhando muito, trabalhando pra trabalhar de novo. Agora não, tenho tudo que preciso, antes tudo era igual, igual e igual.*”

Téo completa as palavras de Gonçalo: “*... mas diz pra mim, tem algum emprego que o cara é feliz? O cara vai lá, aguenta o dia dele, quando não sai e vai encher o caco no bar pra aguentar.*”

Rosália, enquanto anda por entre os carros, diz a ele: “*Amor, mostra nossas fotos pra moça!*” O mágico vai até uma mochila que estava presa a um carrinho de ferro, como aqueles de transportar bagagem nos aeroportos – havia dois desses estacionados próximos a nós – e pega uma câmera digital. Passa a me mostrar muitas fotos dos dois e de outras pessoas. A cada foto me informa o local onde estavam e quem eram as pessoas reproduzidas na imagem.

Chile, Argentina, Colômbia, Brasil. Florianópolis, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Itapira, Jundiá, Sorocaba, Itu, Indaiatuba. Pessoas que

conheceram ao longo do caminho, pessoas que os convidaram a pernoitar em suas casas, pessoas simples e familiares de Rosália.

A jovem junta-se a nós, sentando-se no colo do mágico que brinca que ela está ficando gorda desde que veio para a rua, enquanto aperta sua barriga revelando uma dobra de gordura. A menina ri concordando com ele. Foi o único momento em que pude ver o rapaz sorrindo. Ao avistar a foto de seus pais, Rosália diz que estiveram no Chile no mês anterior e ri, dizendo que seus pais não gostaram de Gonçalo e nem de saber que ele vive fazendo malabarismos nos sinais. Acrescenta que mantém contato com os pais por e-mail e que diz a eles que estão acampados em campings.

Numa das fotos vi um brilhante trompete, fotos só do instrumento e também de Gonçalo tocando-o. O rapaz esclareceu que o instrumento fora adquirido por R\$ 50,00 em Curitiba, mas que o perdera algumas semanas antes num evento de música ao ar livre em São Paulo. O evento estava muito cheio e em dado momento a multidão derrubou os carrinhos nos quais carregam suas mochilas e num deles estava o trompete que sumiu no meio da confusão. *“Fiquei triste por isso. Acho que fiquei triste uns dois dias, mas não tem importância. Me deu alegria enquanto estive aqui, depois aparece outro”*. Fala que não há porque entristecer-se pois tem tudo que necessita e resume seu sentimento:

Só quero isso, passar o dia assim. Viver do meu trabalho, com poucas coisas e um monte de cidades na frente. Conhecer gente nova todo dia, só quero isso da minha vida: tudo novo todo dia.

Se Gonçalo e Rosália foram para as ruas para encontrar aventura e

liberdade, Israel apresenta outros motivos. Atribuiu sua ida às ruas ao fim de seu casamento. Contou que a ex-mulher acolhera o irmão dela que era usuário de drogas e passaram a ocorrer muitas brigas por causa dele, a quem a ex-mulher sempre aprovava e protegia. Quando se divorciara foi direto para as ruas, inicialmente para Minas Gerais e depois percorreram o interior paulista.

Já Erasmo retrata assim sua ida para o trecho:

O que complicou mais a minha vida foi uma que minha mãe morreu e outra que complicou mais foi que eu conheci os caras da rua. Eu não sabia pedir nem um cigarro pra ninguém e fui aprendendo porque depois nós (ele e mais oito colegas da rua) fomos morar num gramado, embaixo das árvores, e cada um tinha uma namorada.

Paugam (2000), em seu conceito de desqualificação social, aponta o importante papel representado pela família e o suporte material e afetivo por ela fornecido para que não se dê o esgarçamento total dos laços sociais. Afirma ele que a efemeridade dos vínculos familiares e das redes de suporte estabelecidos por relações afetivas – amizade, comunidade, etc. – constitui um dos principais motivos que levam as pessoas a depender da assistência social.

Téo nos conta sua história de perda afetiva que culminou em sua ida para as ruas.

Téo, de 36 anos, já aqui mencionado mas não ainda devidamente apresentado, estava vestido como um mímico: calça preta com a barra dobrada, meias brancas até os joelhos, camiseta de manga comprida listrada, suspensórios e o rosto pintado de branco. É trecheiro há sete anos, nasceu em L., Paraná, faz apresentações com malabares e também produz artesanato e

bijuterias com linhas coloridas trançadas. Peço a Téo para gravar nossa conversa e ele me diz que preferia que sua voz não fosse gravada e então propõe uma alternativa:

Tu tem papel aí? Faz assim, eu vou falando e tu anota tudo, pode anotar senão eu sei que depois vai ser foda pra tu lembrar, depois eu dou uma olhada no que você escreveu e tudo bem.

Portanto, as frases atribuídas a Téo foram ditas por ele e anotadas por mim, passando por sua aprovação para que fossem assim reproduzidas.

Pergunto a ele se já trabalhou com outras coisas e ele responde: “*Já... Já fui explorado sim. Já rendi muito dinheiro pros outros*”. Peço que explique melhor, e ele diz:

Trabalhei quinze anos como garçom, virando noite. Não ganhava mal, mas também não ganhava o que merecia. Patrão é patrão, nunca vai pagar o certo, o que o trabalho do empregado vale, se não ele não tira o dele, né? Era legal, não era ruim não, eu não parava um instante, gente chamando, gente reclamando, gente pra servir. Virava a noite no bar e ainda fazia bico de evento. Formatura, casamento, essas coisas.

Pergunto se ele sempre trabalhou em L.:

Não, meus pais moram em L., comecei trabalhando lá com 15 anos, mas depois mudei pra C., meu último emprego foi lá. E você fica todo zuado. Vai dormir de manhã e está claro, você já não dorme direito, fica o dia todo com o corpo zuado. Parece que tu nunca descansa, o sono não vale, não alivia.

Sua descrição fez com que me lembrasse de José, um homem que também já teve sua vida mediada pelo mundo das ruas e que eu entrevistara na instituição municipal de acolhimento a PSR.

José, agora trabalhador contratado pela instituição após lá ter realizado sua desintoxicação alcoólica, caracteriza-se por manter-se constantemente envolvido com o atendimento aos internos da instituição. Como monitor de lá, seu trabalho é auxiliar os internos em suas necessidades diárias, ajudando-os a se organizarem para a limpeza do local, as refeições, banho, as horas de lazer, etc., portanto ele é constantemente requisitado por um dos 30 internos, mesmo durante seu sono ou suas refeições. José, mesmo tendo acabado de realizar uma função que lhe compete, volta a verificá-la e preocupa-se o tempo todo com os internos – chegou mesmo a interromper a entrevista diversas vezes para verificação. Aos finais de semana reluta em tirar folgas. Relatou cansaço, dificuldades para dormir e impaciência, ao mesmo tempo em que idealizou os patrões como figuras dotadas de caridade sobre-humana.

O agora monitor dorme na instituição em que trabalha e, quando descrevo sua narrativa, lembro-me de Téo, porque em ambos os casos as necessidades de sono, alimentação, descanso e lazer estavam relacionadas ao ritmo ditado pelo trabalho. As duas histórias falam de um mesmo sentimento de não descanso, de um não lugar fora do trabalho – a primeira, da perspectiva de quem abandonou essa realidade; e a segunda, de quem vive em meio a ela.

Soares (1990), heterônimo de Pessoa (1990), traz-nos em um trecho do “Livro do Desassossego” uma interessante imagem na qual atribui ao patrão à personificação de sua vida cotidiana. A vida como sinônimo de

responsabilidade, labuta, contraposta à arte, como um alívio à dor do viver-trabalho. Numa interessante analogia entre corpo e trabalho braçal, pensamento e sonho, coloca a vida, o escritório (seu trabalho) e a arte como moradoras de uma mesma rua. Enquanto o trabalho ficaria circunscrito ao térreo (corpo), a arte moraria com ele no segundo andar, no pensamento, morada dos sonhos. Nas palavras dele:

Ah, compreendo! O patrão Vasques é a Vida. A Vida, monótona e necessária, mandante e desconhecida. Este homem banal representa a banalidade da Vida. Ele é tudo para mim, por fora, porque a Vida é tudo para mim por fora. E, se o escritório da Rua dos Douradores representa para mim a vida, este meu segundo andar, onde moro, na mesma Rua dos Douradores, representa para mim a Arte. Sim, a Arte, que mora na mesma rua que a Vida, porém num lugar diferente, a Arte que alivia da vida sem aliviar de viver, que é tão monótona como a mesma vida, mas só em lugar diferente. Sim, esta Rua dos Douradores compreende para mim todo o sentido das coisas, a solução de todos os enigmas, salvo o existirem enigmas, que é o que não pode ter solução. (Soares, 1990, p. 35)

Se Soares (1990) nos diz do sofrimento do trabalho braçal, apartado do intelectual, banalizado e monótono, mas que permanece associado ao espaço do escritório, com horário para começo e fim e com datação fixa, meus entrevistados dizem de um trabalho que penetra nas esferas individuais, que toma a mente e o corpo, que condiciona o sono e o alimento e não escolhe dia da semana. Téo nos diz:

Eu tinha minha esposa, mudei pra C. com ela, ficamos casados três anos, aí ela engravidou. Curti muito aquela barriga. Era tudo ótimo. A gravidez parecia que veio pra coroar nosso amor. Mas aí, no parto, ela morreu. Quando era pra gente ser mais feliz. Fiquei com a menina, eu paguei babá pra cuidar dela à noite, aquele tempo eu podia, trampava muito, mas até que ganhava legal, acho que dava hoje uns R\$ 2.000,00.

Eu sozinho em C. com a Sol, minha filha chama Sol, a mãe desesperada em L.. Eu ralando à noite e de dia com a Sol no colo. Foi assim uns meses.

Aí a mãe apareceu do nada em C. Cheguei em casa e a mãe e o pai estava lá. A mãe chorando porque tinha visto no jornal da televisão que babá batia nas crianças, que até tinha história de babá que roubava criança. A mãe chorando e veio pra levar a Sol pra ela cuidar, falou pra eu ir junto, voltar pra L. e morar com eles. Falei: “Não, faz assim: leva a Sol pra mãe não chorar e eu fico”.

A mãe levou a Sol e eu caí no mundo, ando sozinho. Conheço um monte de gente, em todo lugar tem conhecido, mas ando sozinho.

Enquanto eu anotava o que Téo dizia, escrevi “chegado” em vez de “conhecido” e ele me corrigiu: “*Eu não disse ‘chegado’. Chegado é amigo, eu disse ‘conhecido’*”. Neste momento ficaram evidentes duas coisas: que eu havia interpretado suas palavras considerando as interações que me contava como amizades feitas em sua trajetória e o distanciamento que ele fazia questão de guardar daqueles com quem se relacionava ao longo do trecho. São conhecidos, não amigos. Corrigi minhas anotações sob sua cuidadosa supervisão.

Pergunto se ele perdeu o contato com a filha e ele confidencia:

Não, não perdi contato com ela não. A gente se fala quase todo dia, pelo menos toda semana por e-mail e a Sol é esperta. Já tem o e-mail dela e escreve sozinha pra mim, meus irmãos mandam foto dela. Sei tudo dela. O medo da mãe é que ela seja que nem eu. Já coloque uma mochila nas costas e ganhe a BR. Uns dois meses atrás tive em L. e perguntei se ela ia fazer como o pai e ela respondeu que agora não, que vai fazer os estudos primeiro antes de viajar (rindo, parecia orgulhoso). A mãe ficou doida! Também a mãe é um xodó com a Sol. A Sol chama a mãe de mãe.

Sennett (1999), em seu livro “A corrosão do caráter”, narra a história de Rico, rapaz vindo das classes populares que ascendeu às classes mais abastadas, comparando-a à história de seu pai, Henrico, faxineiro imigrante, narrada em um livro anterior. Dentre os inúmeros fatos apontados pelo autor, destacamos a ausência de contato social e familiar sentida por Rico que, em razão de seu tempo de dedicação à sua empresa de consultoria e às múltiplas mudanças de cidade e emprego realizadas ao longo dos últimos doze anos, acaba comunicando-se com os filhos e amigos muito mais por e-mail e redes sociais do que pessoalmente.

O autor aponta o fenômeno de esgarçamento dos vínculos afetivos proporcionado pela não continuidade de tempo e lugar. O trabalho fora do escritório faz com que as atividades, antes circunscritas a ele, penetrem em todas as demais esferas que compõe a vida cotidiana. O resultado disso é a inexistência de um lugar situado fora do trabalho. As redes de apoio de classe são enfraquecidas e perde-se a convivência que reforça os laços de solidariedade.

Se tal estado de coisas é percebido por Rico como uma perda, se o contato *online* denuncia-lhe a distância dos filhos e faz com que tema pelos valores morais que venham a ter, no caso de Téó, um trecheiro, que aqui trato, parece que essa possibilidade de contato termina por escamotear o distanciamento das relações, impedindo-o de sentir que está perdendo o processo de crescimento da filha.

Nascimento e Justo (2001) afirmam que, em tempos de globalização, todos os sujeitos são empurrados, pelas constantes mudanças econômicas,

políticas e sociais, para uma movimentação constante. São frequentes as mudanças de trabalho, de casa ou amizades, o que obriga “um desenraizamento que exige grande mobilidade psicológica a fim de permitir uma rápida reorientação de identificações, comportamentos, sentimentos e relacionamentos”. Os autores apontam que essa constante reorientação provoca o esgarçamento dos laços afetivos humanos e reacquecem movimentos de circularidade humana, “protagonizados por indivíduos que rompem com a acomodação, motivados pelo desejo de encontrar um lugar melhor”.

Os autores apontam a necessidade de revisão da concepção tradicional de errância, que considera a movimentação como parte do rompimento com os códigos sociais, pois postulam que o atual momento histórico exige um tanto de errância de todos os sujeitos, por mais que continuem enredados em laços próprios ao mundo do trabalho e da família. Assim,

...no mundo atual o imperativo do movimento não nos permite mais ficar parados em um só lugar; estamos constantemente em movimentação, mesmo que sentados defronte à tela de um computador, navegando na internet. (Nascimento e Justo, 2001)

Mais adiante, no mesmo artigo e também em artigo posterior, de 2002, os autores afirmam que, diante da mobilidade física e emocional que o atual momento histórico exige de todos, os trecheiros podem ser considerados como uma espécie de caricatura do homem pós-moderno. Essa afirmação me fez pensar no homem vestido de terno e sacolas plástica, no vendedor arrumado-suado, treinado-enrolado da praça e no trecheiro ausente-presente *online* na

vida de sua filha. Pareceu-me realmente um emaranhado de alusões a imperativos de nossos dias: a ditadura do vestuário elegante e profissional adaptado à miséria. O trecheiro respondendo à exigência de proximidade com os filhos com a mesma solução utilizada por muitos pais de classes sociais mais abastadas.

Perguntei se ele bebia ou usava outras drogas, ao que Téo respondeu: *“A gente fuma maconha. Maconha pra dar brisa. Mas não fico tomando álcool não”*.

Pergunto a Téo sobre sua opinião quanto às políticas públicas dirigidas às pessoas em situação de rua, especialmente sobre o oferecimento de passagens rodoviárias, opina ele:

Ah, mas aí é fácil, encher a lata de cachaça e fazer cara de fracasso na frente da assistente social pra poder ganhar passagem. A gente não, não preciso disso. Eu trabalho, eu vendo meus tramos. Eu só vou onde meu dinheiro dá pra ir. Só uma vez, em C., eu aceitei passagem, mas só porque a assistente social era muito gente fina, aí aceitei por causa dela.

Sua fala nos remete a Frangella (2004) que afirma que, desde a Idade Média, são considerados basicamente dois tipos de mendigos⁴: o mendigo verdadeiro – incapacitados para o trabalho em geral, loucos de rua, idosos – e os “falsos” mendigos – arruaceiros, assaltantes, vagabundos. Contrapõe ainda os que constantemente fazem uso dos serviços municipais oferecidos àqueles

⁴ A expressão mendigo, tomada aqui ao texto de Frangella (2004), visa demonstrar a terminologia pejorativa então, e até hoje, utilizada para denominar tal população.

que lançam mão da arquitetura da cidade para nela desaparecer e não aceitam incorporar-se à rede de assistência disponível.

3.4. “A rua é mágica”

Gonçalo, o jovem vestido de mágico, com suas longas tranças rastafáris presas no alto da cabeça, ainda que sem sorrir nem alterar o tom de sua voz continua sua narrativa, enaltecendo as alegrias da rua:

A rua é mágica. Um lugar diferente a cada dia, tenho tudo que preciso, pro frio levo cobertor, pra comer temos nossas panelas. Como estou com ela (Rosália), não posso dormir em qualquer mocó, porque é perigoso eu sozinho com ela. Mas como conhecemos os dois (Martín e Téo) em São Paulo, enquanto eles estão junto, a gente pode dormir na rua mesmo, não preciso de mais nada. Já achamos um lugar coberto, mais tarde é só chegar lá e arrumar nossa cama.

Ninguém declarou o amor à rua tanto e tão bem quanto João do Rio. No capítulo intitulado “A Rua”, parte do livro “A alma encantadora das ruas”, o autor canta esse amor. Com encanto e exageros próprios aos apaixonados, declara ele:

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. (Rio, 2000, p.5)

O autor narra seu percurso por entre dicionários e enciclopédias, mais de vinte segundo suas contas, e sentencia: “A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas por onde se anda nas povoações”.

Para Rio (2000), a rua, a quem chama de “agasalhadora da miséria”, é o elemento mais vivo, mais generoso e acolhedor das cidades, pois é ela, e apenas ela, quem abre os braços a todos sem distinção. Artistas sem nome, vagabundos, miseráveis, lunáticos e boêmios, a todos a rua abraça, sem lhes denunciar ou censurar. Afirma ainda que a rua assiste a todas as mudanças humanas, é a senhora das novas expressões e vocábulos que, pouco a pouco, transformam a língua de um povo, impondo-se aos doutores das palavras e aos dicionários, sem lhes prestar atenção nem contas. Segundo ele:

Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! ... Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte. ...Bate, em compensação, palmas aos saltimbancos que, sem voz, rouquejam com fome para alegrá-la e para comer. A rua é generosa. ... A rua resume para o animal civilizado todo o conforto humano. Dá-lhe luz, luxo, bem-estar, comodidade e até impressões selvagens no adejar das árvores e no trinar dos pássaros. A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. (Rio, 2000, p.4)

Nesse e nos demais capítulos, o autor-boêmio ou boêmio-autor, reverencia e narra o gosto pelo universo múltiplo e convidativo das ruas, entendendo esta como extensão mesma da familiaridade da casa, formando com ela um único sistema em relação, não de oposição, mas sim de complementaridade, na qual um só pode ser entendido em função do outro e a

separação se dá pelos limites da porta e da janela. Fornece-nos um interessante panorama do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. Ao descrever as ruas com seus nomes, sentimentos e humores, diz também da sedução e dos perigos que encerram, numa sempre intrincada tensão entre indivíduo e sociedade, particular e coletivo, frente às mudanças proporcionadas pelo progresso material.

A rua é a eterna imagem da ingenuidade. Comete crimes, desvaria à noite, treme com a febre dos delírios, para ela como para as crianças a aurora é sempre formosa, para ela não há o despertar triste, quando o sol desponta e ela abre os olhos esquecida das próprias ações, é, no encanto da vida renovada, no chilrear do passaredo, no embalo nostálgico dos pregões — tão modesta, tão lavada, tão risonha, que parece papaguear com o céu e com os anjos. (Rio, 2000, p. 6)

Caldeira (2000), em estudo que se propõe a pensar o espaço urbano de São Paulo e relacioná-lo à violência e à exclusão, utiliza-se da interpretação do historiador T.J. Clark dos bulevares parisienses do século XIX, para descrever a rua como o espaço que exemplifica o ideal moderno de universalidade, pois segundo ela:

... incorporam o anonimato e o individualismo, permitindo tanto a livre circulação quanto a desatenção às diferenças e ajudando, assim, a consolidar a imagem de um espaço público aberto e igualitário. (Caldeira, 2000, p. 212).

Por conta da ampla receita gerada pela segurança tratada como um bem de consumo privado e pelo que chama de “a fala do crime”, ou seja, pelo medo generalizado de crimes violentos que leva à concepção do outro como alguém a ser evitado, Caldeira (2000) conclui que o ideal moderno de

universalidade é hoje colocado em questão tanto em São Paulo quanto em muitos outros municípios, uma vez que os espaços públicos reproduzem a segregação social e determinam que cada classe viva isolada, promovendo o não contato com o diferente.

Em seguida, questiono Téo sobre qual seria a parte ruim das ruas, ao que ele responde:

Nada, olha... Pra não dizer nada, a parte ruim é a polícia. Agora, esses dias mesmo em J., a gente apanhou. A polícia roubou tudo nossas linhas, as coisas, os materiais pra fazer nossos trampo e queriam R\$ 200,00 pra liberar.

Questiono se eles vocês não tinham o dinheiro ou se recusaram a pagar:

Duzentos paus?! Nossa... A gente não faz esse dinheiro nem juntando os quatro junto! A gente faz uns R\$ 50,00 juntando tudo, R\$ 200,00 não!

Aí soubemos duma igreja que dava café da manhã e fomo lá. Chegamos lá, estava os mesmos que bateram na gente falando que eram de um projeto que queria aproximar a polícia das pessoas em situação de rua. Eu não aguentei. Levantei meu braço e falei "que você quer aproximar se ontem à noite você deu com o cassetete na minha mão, pegou minhas coisas. Tá vendo esse machucado aqui na minha mão? Foi você, ontem!"

A mulher ficou branca, ficou gaguejando com o microfone na mão, mas mesmo assim ainda tiraram umas fotos e, no dia seguinte, tinha nossa foto no jornal e embaixo escrito que eram os mendigos que participavam do projeto com a polícia (...) sem pedir nossa permissão, sem nada... Bem nossa cara no jornal... Mendigos... Eu sou trabalhador, não peço nada pra ninguém não. É só não me roubar que eu faço meus trampos!

Nesse ponto Martín juntou-se a nós, recontando o ocorrido com a polícia e acrescentou:

Em S. também não deixaram a gente vender e nem se apresentar nos sinais, mas com educação. A polícia chegou, pedindo com licença e chamando de senhor. Mostraram o estatuto da cidade que proibia essas coisas e pediram pra gente se retirar. Aí tudo bem, eles faziam o trabalho deles e pediram desculpas ainda.

Israel também fala sobre o tratamento que recebia por parte das autoridades em suas andanças:

Ficava perambulando, tinha uma praça, você ficava sentado um pouco, chegava a guarda municipal. “Aí, você num pode ficar, tem que arrumar outro lugar”. Você ia em outro, mesma coisa. Então... as pessoas que reclamam...

Caldeira (2000) afirma que é longo e amplamente relatado o histórico de práticas truculentas da polícia brasileira, de tal forma que seria possível conceber um padrão linear de abuso policial independente do direcionamento político do governo em questão. Aponta ainda que, dessa forma, torna-se a polícia parte do problema da violência, pois seu papel repressivo é exercido de maneira arbitrária e não é aliado a outros recursos de promoção de acesso a bens sociais.

O foco principal dessas práticas violentas esteve e está nas categorias trabalhadoras pobres e excluídos/incluídos em geral. Pobreza e crime são tomados como sinônimo e ambos são tratados como da alçada policial. A prática de métodos violentos, desrespeitosos e ilegais seria não só parte da rotina como estaria baseado no apoio popular.

De acordo com a autora:

A persistência da violência policial e seu crescimento recente foi possível pelo menos em parte por causa do apoio popular. Paradoxalmente, mesmo as camadas trabalhadoras, que são as principais vítimas dessa violência, apoiam algumas de suas formas. O comportamento da polícia parece estar em acordo com as concepções da maioria, que não apenas acredita que boa polícia é dura (isto é, violenta) e que seus atos ilegais são aceitáveis, como também reluta em apoiar as tentativas de alguns governantes em impor o estado de direito e respeito aos direitos individuais. (Caldeira, 2000, p. 136)

Martín, já citado durante a descrição sobre higiene, agora será aqui apresentado. Era argentino da cidade de Mendoza, estava vestido de palhaço, com suspensórios e um nariz de plástico vermelho, fazia malabarismos com claves, espécies de bastonetes que lembram pinos de boliche e que são girados e equilibrados no ar em vários movimentos, tais como as bolinhas. Disse ter 30 anos, mas parecia ter bem mais. Não tinha um dos dentes da frente e os demais estavam bastante cariados. Tinha cabelos longos presos no alto da cabeça. Téou continuou sua narrativa:

Outra coisa que dá pra dizer que é ruim são os meninos nóia. Olha, tipo lá em C., cheio de craqueiro. São tudo criança, mas se você não abrir o olho, eles te roubam. Eu mesmo já fui roubado por eles. Eles são tão sem noção que nem respeitam as regras da rua, porque, na rua, se te pegarem roubando de quem dorme na rua, apanha se não morrer. Porque se quer roubar vai roubar de quem tem grana e não de quem não tem! Mas dá até dó daqueles meninos. Uns zumbis. São doentes, coitados.

Censura o roubo, mas coloca-se solidário em relação ao que reconhece como infância e doença.

Termina sua narrativa afirmando que ele, Martín, Rosália e Gonçalo se separariam naquele mesmo dia: ele iria a Blumenau, Martín ele não sabia para onde ia e o casal seguiria rumo ao Chile. Da mesma forma que o grupo, que aparentemente era tão unido, conheceu-se duas semanas antes e, sem mais questionamentos, uniu-se, agora se separaria assim – pela necessidade de caminhos diversos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de defender desde o início um olhar teórico que se pretende mais amplo e que, principalmente, busca contemplar conflitos, analisando-os numa relação dialética e não os negando, percebo agora que cheguei às ruas com o olhar moldado por categorias de díades opostas e inconciliáveis: bom e ruim, limpo e sujo, pobre e rico, bonito e feio, normal e doente, e assim por diante.

A angústia relatada no início da apresentação dos dados teve origem em minha insistência em buscar uma única categoria específica, que se apresentasse, inclusive física e esteticamente, em conformidade com as descrições que havia encontrado na literatura científica.

A pesquisa teve início de fato quando foi possível olhar e finalmente ver, a partir de meus próprios olhos, o quadro intrincado, complexo e essencialmente vivo das ruas.

Pode-se, sobretudo apontar a existência de uma ampla categoria populacional que, apesar de materialmente ser próxima, guarda muitas diferenças quanto ao seu “estar nas ruas”. Seja por aventura, por desespero ou ainda como forma de continuar brigando pela subsistência, muitas pessoas vão às ruas realizar ampla gama de atividades, todas socialmente desqualificadas e motivo de sanções sociais.

Outro fato importante é o valor atribuído ao trabalho por estas pessoas: ainda que apenas em suas lembranças, o trabalho é associado ao sentimento de pertença a determinado grupo social, à honestidade, autonomia, ao lugar que o ator ocupa em sua família, à sua voz de autoridade, sua estima e virilidade.

Ressalto ainda a importância do caminho percorrido e das várias adequações metodológicas realizadas ao longo dele para a formação de um pesquisador: penso que tenha sido pesquisadora da Psicologia Social quando compreendi que o cotidiano é feito de infinitos elementos associados em redes de significação, temporal e espacialmente situados, construídos e dispostos pela história de vida do dia a dia do homem comum.

Fui pesquisadora da Psicologia Social e, especialmente, apropriei-me do método etnográfico, quando passei a sentir cheiros, emocionar-me, rir, sentir nojo, conversar, andar e ouvir com todas as categorias de trabalhadores de rua que encontrei, a partir do que eles ofereciam a mim. Categorias com aspectos que podem ser aproximados e distanciados, mas que compõem um caleidoscópio de possibilidades de vivência do trabalho informal atrelado à circularidade e possibilitado pelo espaço das ruas. Penso que a total imersão no campo pode ser verificada na abordagem que o vendedor de perfumes, Fred, fez a mim: a interação espontânea entre pesquisador e pesquisado materializada no fato de que foi o pesquisado que encontrou e abordou a pesquisadora e não vice-versa.

A título de suscitar novos questionamentos e possíveis outros estudos, informo que antes do término da presente pesquisa reencontrei Erasmo nas ruas, sujo, barbudo, embriagado e com os pés feridos.... voltara ao trecho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus.

BASTOS, C.M. et al (2003). *Pastoral do povo da rua*. São Paulo: Edições Loyola.

BRASIL (2008) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - *Política Para Inclusão Social da Pessoa em Situação de Rua*, publicado no DOU em 26 de outubro de 2006.

BRESCIANI, M. S. M. (1982). *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

BROGNOLI, F. F. (1996). *Trecheiros e Pardais: uma etnografia de nômades urbanos*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.

CALDEIRA, T. P. do R. (2000). *Cidade de muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.

CANÔNICO, R.P. et al (2007). *Atendimento à população de rua em um Centro de Saúde Escola na cidade de São Paulo*. Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo. v.41, n.spe .dez.

CASTEL, R. (2004). *As armadilhas da questão social*. In.: CASTEL et al . Desigualdade e a questão social. São Paulo: Educ.

CASTEL, R. (1997). *A dinâmica dos processos de marginalização*. Caderno CRH, Salvador, n.26/27, jan./dez.

CHIZZOTTI, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.

DEJOURS, C.(1987). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Oboré.

DA MATTA, R. (1978). *O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”*. In: DAMATA, R. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

DIEHL, R., MARASCHIN, C. e TITTONI, J. (2006). *Ferramentas para uma Psicologia Social*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.11,n.2, p.407-415, mai./ago.

ESCOREL, S. (1999). *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

FRANGELLA, S. M. (2004) *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP.

FERREIRA, F. P.M. (2005). *População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998 – 2005*. Belo Horizonte, Secretaria de Planejamento e Gestão do estado de Minas Gerais.

GEERTZ, C. (1989) *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

GONÇALVES FILHO, J.M. (1998). *Humilhação social: um problema político em psicologia*. *Psicologia USP*. São Paulo, v.9, n.2, pp.11-67.

HAMMERSLEY, M. e ATKINSON, P. (2001). *Etnografia: métodos de investigação*. Barcelona: Paidós.

HIMMELFARB, G. (1988). *La idea de la pobreza. Inglaterra a principios da la época industrial*. Cidade? Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica.

HOBBSAWM, E. J. (1982). *A Era das Revoluções 1789-1848*. Paz e Terra.

JACQUES, M.G.C. (1996). *Identidade e trabalho: uma articulação indispensável*. In: JACQUES, M.G.C E TAMAYO. A. *Trabalho, organizações e cultura*. Disponível em : [www. infocien.org.br](http://www.infocien.org.br)

MENDONÇA, G. C. (2006) *Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro*. Dissertação de Mestrado. Campinas: PUC-Campinas.

NASCIMENTO, E.C. do e JUSTO, J. S. (2000). *Vidas Errantes e Alcoolismo: uma questão social*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.13, n.3 .

NASCIMENTO, E.C. e Justo, J.S. (2005). *Errância e delírio em andarilhos de estrada*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.18, n.2, mai./ag.

PAUGAM, S. (2002). *O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social*. In.: SAWAIA, B.B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 67-86). Petrópolis: Vozes.

PAUGAM, S. (2003). *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Educ.

PEIRANO, M.G.S. (1995). *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PERES, R.S. (2001). *Andarilhos de estrada: estudo das motivações e da vivência das injunções características da errância*. *Psico USF*, Itatiba,v.6, n.1, jun.

PERES, R.S. (2002). *O Desenho da Figura Humana de Machover em Andarilhos de Estrada*. *Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v.4, n.1, jun.

PESSOA, F. (1990). *Livro do desassossego*. São Paulo: Presença.

RIO, J. do.(2000). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.

ROCKWELL, E. (1985). *Reflexiones sobre el proceso etnográfico* (mimeo). Departamento de Investigaciones Educativas.

SANTOS, M. S. (2004). *A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana*. *Revista Topoi*, vol.5, no. 8,pp.138-169.

SATO, L. & SOUZA, M. P.R. (2001). *Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia*. *Psicologia USP*, São Paulo v.12 n.2.

SAWAIA, B.B. (2002). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Orgs.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 7-13). Petrópolis: Vozes.

SELLIGMANN-SILVA, E.(1994). *Desgaste Mental no trabalho*. São Paulo: Cortez.

SENNETT, R. (1999). *A corrosão do Caráter*. Rio de Janeiro: Record.

SCHOR, S.M., & ARTES, R. (2001). *Primeiro censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: procedimentos metodológicos e resultados*. *Economia Aplicada*, 5 (4), 861–83.

SILVA, L.L.M. (2009). *Trabalho e população em situação de rua*. São Paulo: Cortez.

SILVA, M.A.M. (2001). *Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes*. In.: GIARRACCA, N. Uma nueva ruralidade em América Latina?. CL de Ciências Sociales, p.289-305.

SNOW, D. & ANDERSEN, L. (1998). *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes.

SPINK, P.K. (1999). *A heterogeneidade da pobreza: implicações para a ação*. Apresentação para o III Congresso Brasileiro de prevenção em DST/Aids. Rio de Janeiro, dez.

SPINK, P.K. (2000). *Um lugar para o lugar na psicologia*. Mimeo. Texto preparado para o Grupo de Trabalho: Cotidiano e Práticas Sociais Reunião da Associação Nacional de Serra Negra, São Paulo.

SPINK, P.K. (2003). *Pesquisa de campo na psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista*. Psicologia e Sociedade, São Paulo v.15, n. 2.

SPINK, P.K. (2008). *O pesquisador conversador no cotidiano*. Psicologia e Sociedade. São Paulo, v.20, n.spe, pp. 70-77.

STOFFELS, M.G. (1977). *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VARANDA, W. e ADORNO, R.de C.F. (2004). *Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas públicas*. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.13, n.1, p.56-69, jan-abr.

VENEU, M. G.(1990). *O flâneur e a vertigem: metrópole e subjetividade na obra de João do Rio*. Revista Estudos Históricos, v. 03, n. 06. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2305>

VIEIRA, M.A.C., BEZERRA, E.M.R., ROSA, C.M.M. (1992). *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec.

WEFFORT, M. F. et. al. (1997). *Educando o olhar da observação*. In: WEFFORT, M. F. et. al. *Observação, registro, reflexão*. São Paulo: Espaço Pedagógico.

6. Anexos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Sandra Büll e sou estudante de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-C). Pretendo realizar uma pesquisa com pessoas em situação de rua que passam suas vidas andando de cidade em cidade.

A participação no estudo consiste em conversar com a pesquisadora relatando sua história de vida, conversa esta que poderá ou não ser gravada, de acordo com o consentimento do participante. Àquele que se propor a participar da pesquisa é garantido:

- Sigilo total sobre tudo o que for dito, os resultados obtidos serão utilizados tão somente para fins de pesquisa acadêmica e serão comunicados de forma a não identificar quem os forneceu apenas em eventos e comunicações acadêmicas;
- Participação voluntária e direito a interrompê-la em qualquer momento de seu desenvolvimento sem prejuízo algum;
- Nenhum custo e nenhum ganho financeiro ou acadêmico;

A pesquisadora informa que permanecerá neste mesmo local (região do Terminal Rodoviário Municipal) às segundas-feiras das 7:00 às 11:00 horas e sextas entre 13:00 e 17:00 horas, para esclarecimento de eventuais dúvidas surgidas a partir da participação.

Atenciosamente agradecemos sua colaboração e nos colocamos à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas

Mestranda :Sandra Bull, fone : (19) 38252973

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Hespanhol Bernardo

Programa de Pós-graduação Stricto Senso em Psicologia da Puc- Campinas

Centro de Ciências da Vida - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

e-mail: sanbpsico@hotmail.com

Comitê de Ética – Fone: (19) 3343-6777.

Compreendendo os objetivos da pesquisa “**Histórias de trabalho e outras histórias no trecho**”, eu, _____, com o R.G. de nº _____, na qualidade de pessoa em situação de rua, concordo em participar do estudo, ciente que poderei retirar meu consentimento em qualquer momento, excluindo minhas informações do conjunto de dados.

Assinatura

Data/...../.....